



Instituto Politécnico de Tomar

A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA JORNADA ESCOLAR A PARTIR DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: UM ESTUDO DE CASO

Dissertação de Mestrado

Delane Kátia Silva Gomes

Mestrado em Gestão

Área de Especialização: Educação

Portugal/outubro/2021



Instituto Politécnico de Tomar

Delane Kátia Silva Gomes

**A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA
FAMÍLIA NA JORNADA ESCOLAR A
PARTIR DA GESTÃO DEMOCRÁTICA:
UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação de Mestrado

Orientado por:

Prof. Jorge Simões - Instituto Politécnico de Tomar

Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Tomar

para cumprimento dos requisitos necessários

à obtenção do grau de Mestre/Licenciado

em Gestão

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Taxa de escolarização do ano de 2018 de acordo com o PNAD Contínua.....	25
Figura 2 – Percentual de frequência líquida escolar no ano de 2018	26
Figura 3 – Pátio central da escola.....	51
Figura 4 – Parte do pátio central da escola, onde ficam a Secretaria e a Direção.....	52
Figura 5 – Vista do pátio central da escola, onde é possível ver as salas de aula	52
Figura 6 – Grau de escolaridade dos entrevistados	54

RESUMO

A escola e a família são dois núcleos coexistentes, funcionando em prol da educação do aluno. A família, responsável por transmitir valores e garantir o aporte emocional, é o primeiro contato da criança com o mundo, cujas visões são reflexos das figuras materna e paterna. A escola, por sua vez, prepara a criança a partir de programas pedagógicos para o desenvolvimento de habilidades como a leitura, escrita e cálculos, além de contribuir para sua sociabilidade. Quando estes dois nichos não trabalham em harmonia, observa-se uma queda no rendimento escolar, realidade ainda bastante latente no país. O acompanhamento do desenvolvimento do aluno, além de monitorar suas atividades e evolução, também o torna mais seguro para ir à escola mediante alguns problemas que possam aparecer. Logo, família e escola formam eixos de um mesmo sistema que deve funcionar em prol do sucesso escolar e da mudança da realidade educacional brasileira. Diante do apresentado, esta dissertação tratará da importância da participação da família na escola, sendo incentivada pela Gestão Democrática, que permite a inserção da comunidade nas decisões escolares. Foi realizado um estudo de caso em uma escola pública municipal localizada em Fortaleza, Ceará, a fim de captar percepções daqueles que fazem parte do contexto escolar sobre o impacto da participação da família na vida escolar do aluno.

Palavras-Chave: Família. Escola. Gestão Democrática. Papel da família. Sucesso escolar. Escola pública.

ABSTRACT

The school and the family are two coexisting nuclei, working for the benefit of the student's education. The family, responsible for transmitting values and ensuring emotional support, is the child's first contact with the world, whose visions are reflections of the maternal and paternal figures. The school, in turn, prepares children through educational programs for the development of skills such as reading, writing and calculating, in addition to contributing to their sociability. When these two niches do not work in harmony, there is a drop in school performance, a reality that is still quite latent in the country. Monitoring the student's development, in addition to monitoring their activities and progress, also makes them safer to go to school due to some problems that may arise. Therefore, family and school form axes of the same system that must work towards school success and change in the Brazilian educational reality. Given the above, this dissertation will address the importance of family participation in school, being encouraged by Democratic Management, which allows the inclusion of the community in school decisions. A case study was carried out in a municipal public school located in Fortaleza, Ceará, in order to capture the perceptions of those who are part of the school context about the impact of family participation in the student's school life.

Keywords: Family. School. Democratic management. Role of the family. School success. Public school.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 DESENVOLVIMENTO	14
1.1 RELAÇÃO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA: UMA ANÁLISE HISTÓRICA	14
1.2 PANORAMA HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	19
1.3 ÍNDICES EDUCACIONAIS BRASILEIROS	23
1.4 A FAMÍLIA E SEU PAPEL SOCIAL NA EDUCAÇÃO: NOVAS CONSTITUIÇÕES DO NÚCLEO FAMILIAR	29
1.5 A IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS	36
1.6 PRINCÍPIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA PARA A INSERÇÃO DA FAMÍLIA NO AMBIENTE ESCOLAR ⁴³	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	62
ANEXOS	61
ANEXO I - Questionário Destinado à Gestora da Escola	67
ANEXO II - Questionário destinado aos professores	69

INTRODUÇÃO

A família é o primeiro núcleo do qual uma criança faz parte. Dentro do seio familiar ela inicia suas primeiras interações com pais, irmãos e demais entes. É com a família que a criança, um indivíduo em formação, adquire as primeiras percepções e vivência que o auxiliarão a construir uma formação cultural que impactará na construção de significados. A família é o primeiro ambiente a abrigar o indivíduo, é ela quem fornecerá à criança condições de constituir seus próprios modelos de aprendizagem, modificando-os e integrando-os ao seu próprio espectro e nesse movimento, contribui para a individualização da criança.

Vygotsky (1995) confere grande relevância à interação social enquanto ferramenta educacional para o desenvolvimento psicológico e social da criança, realizando estudos que correlacionavam educação e cultura. Em sua ótica, a cultura consiste no conjunto de signos e ferramentas culturais como por exemplo a linguagem, essencial para a evolução do indivíduo. A educação é um dos pilares do desenvolvimento humano, jamais podendo ser dissociada do processo de crescimento do indivíduo.

Nesse sentido, sobre o papel da família, é possível afirmar que ela será a primeira responsável por fornecer recursos materiais e suporte afetivo para a construção dessa rede de significados, permitindo, através da convivência, o desenvolvimento de habilidades sociais, além do desenvolvimento físico, afetivo, emocional e cognitivo. O primeiro vínculo da criança ocorre com a figura materna e logo após, com o pai e ambos lhe fornecerão meios para que a criança se relacione com o mundo através dos conhecimentos obtidos.

Nos últimos tempos, tem se falado bastante sobre as dificuldades de aprendizagem de alunos nas séries iniciais, sendo analisados aspectos externos como a influência do ambiente familiar nesta questão. Criou-se então uma discussão sobre de quem seria a culpa para tal fracasso escolar. A família aponta a escola como culpada, e esta, a família. Apesar de a família ser apontada como uma das variáveis responsáveis pelo fracasso escolar do aluno, a sua contribuição para o desenvolvimento e aprendizagem humana é inegável (Carvalho, 2000).

As opiniões de divergem, pois há aqueles que veem na parceria entre escola e família uma grande ferramenta para alcançar o sucesso escolar. Em contrapartida, há quem afirme que a tarefa de formar os educandos dentro das instituições escolares é função apenas da escola, os pais não têm que intervir.

O campo da Educação vem passando por um processo de reformulação na relação ensino-aprendizagem e uma das pautas levantadas acerca desta temática são as dificuldades de aprendizagem dos alunos nas séries iniciais, trazendo para a perspectiva escolar alguns aspectos externa da vida da criança, como o ambiente familiar, tal tópica foi levantado em virtude dos índices preocupantes de fracasso escolar, principalmente na escola pública.

De acordo com a UNICEF (2020), as regiões do Norte e Nordeste ainda abrigam índices expressivos de evasão e fracasso escolar. Ao todo, no Brasil, 2,1 milhões de alunos foram reprovados, 6 milhões estavam em séries discrepantes de suas idades e mais de 620 abandonaram os estudos. Estes números revelam que há uma cultura da normalização do fracasso escolar, onde os alunos frequentam a escola mas não aplicam os conhecimentos obtidos. Cabe ressaltar que a pandemia de COVID-19 e a adoção do ensino remoto tiveram grandes contribuições para o agravamento deste cenário.

Esta questão está no centro das discussões entre os docentes, especialmente quando se trata de aprovação e repetência, que se tornaram objeto de estudos constantes por parte de pesquisadores que buscam compreender como a relação entre a família e a escola pode culminar em resultados positivos durante a jornada escolar do aluno.

O fracasso escolar representa a exclusão, principalmente de crianças em situações de vulnerabilidade, cujos direitos são desrespeitados diariamente. Em busca de reverter tal quadro, é necessário que a escola una forças com as famílias a partir dos modelos de Gestão Democrática, permitindo que pais e familiares façam parte da vida escolar das crianças.

A escola deve estabelecer meios de se tornar um ambiente de exercício da democracia, reavaliando junto a gestores, pais e professores os currículos e o cotidiano da escola, a fim de criar um espaço que proporcione mais inclusão e propício a melhorias que têm por objetivo o sucesso na jornada escolar.

Na visão deste estudo, escola e família dividem a tarefa de formar as crianças e transformá-las em seres críticos e participativos e inseri-las na sociedade. A cada instituição compete uma tarefa nesta formação. De acordo com Madureira e Leite (2003, p.139):

A colaboração entre a família e a escola tem repercussões positivas no aproveitamento escolar e comportamento dos alunos, qualquer que seja o grau de ensino e o grupo social em que a família se insere. As experiências diretas de implicação e envolvimento dos pais na vida escolar dos filhos, levados a efeito quer através da solicitação de uma maior participação dos pais nas atividades da turma ou da escola (por exemplo, falando da sua atividade profissional), quer através de programas específicos de acompanhamento em casa (por exemplo, lendo duas vezes por semana para os filhos), mostram um aumento significativo dos resultados escolares destes alunos, em relação àqueles que não estiveram sujeitos a este tipo de trabalho.

A escola fica a cargo da transmissão dos conhecimentos construídos pela humanidade no decorrer da história humana e à família cabe a tarefa de promover a socialização das crianças, a transmissão de valores importantes para a vida em sociedade, bem como favorecer um ambiente saudável e harmônico, assim como a percepções de mundo que auxiliam a criança em sua integração e relacionamento com colegas, professores e funcionários. Um dos fatores a ser investigado nesta pesquisa é o fato de que tanto a escola quanto a família passam por mudanças nas suas configurações, inclusive jurídicas. Estas mudanças não são recentes e sim reconhecidas tardiamente e mesmo assim a escola parece ter dificuldades em aceitar e incorporar os novos moldes da sociedade contemporânea.

Vale enfatizar que a função social da escola é mudar realidades e vidas, em especial, a escola pública, sedimentada, na maioria das vezes, em ambientes hostis e permeada por núcleos familiares desestruturados ou que fogem dos padrões conservadores da sociedade, neste conceito, é de primordial importância que o plano pedagógico contemple práticas que permitam conhecer as vivências e aptidões de seus alunos, de forma que o saber seja uma realidade compartilhada entre escola, família e aluno.

O desafio de estabelecer práticas para o estabelecimento da relação entre escola e família é conhecido, em função disto, verifica-se a necessidade da elaboração de políticas mais efetivas que permitam o estreitamento de laços entre as duas instituições ao mesmo tempo em que se observa os benefícios desta relação para a vida escolar dos alunos.

Sabe-se da necessidade desta parceria, pois, ao tratarmos de aspectos referentes ao desenvolvimento humano, a escola e a família são os primeiros núcleos a serem lembrados, entretanto, é necessário abolir a prática de culpabilização de apenas um das partes

em casos de fracasso escolar, é preciso que escola e família reconheçam suas falhas e atuem juntas em prol da evolução moral e intelectual do aluno. Desta forma, cabe a reflexão da acerca da importância do vínculo entre família e escola no processo de tomada de decisões que beneficiem o processo de ensino e aprendizagem e quais fatores podem influenciar na construção desta relação, tais como as novas configurações sobre família, o modelo educacional e a evolução histórica da educação.

Cabe, portanto, uma análise dos novos conceitos de família, estabelecida por laços afetivos e recorrer a estes entes para fornecer informações sobre a vida escolar do aluno, bem como incentivá-los a buscá-las, buscando desta forma participação efetiva da família.

O conceito de família vem sendo substituído por arranjos familiares. Campos (2013, p. 48) explica que “o conceito de família seria uma aproximação entre o que tradicionalmente se compreende como família e a tentativa de se entender o que realmente ela é na realidade, diante de tantos tipos constitutivos de agrupamentos.”

A crise pela qual passa a sociedade capitalista atinge muitos setores da sociedade, inclusive a instituição da família, sendo afetada por este fenômeno social, obrigando-as principalmente a mudanças dos padrões sociais. Essa questão gera no seio familiar, o surgimento de situações que mudam as relações familiares, pois a necessidade de sobrevivência faz surgir novos agrupamentos, com uma reorganização das funções e dos papéis entre os membros, rompendo assim com o modelo tradicional e com a dimensão nuclear da família.

O próprio conceito de família e a configuração dela têm evoluído para retratar as relações que se estabelecem na sociedade atual. Não existe uma configuração familiar ideal, porque são inúmeras as combinações e formas de interação entre os indivíduos que constituem os diferentes tipos de famílias contemporâneas (Stratton, 2003, p. 333).

No Brasil, nos últimos anos houve uma preocupação por parte do governo de intensificar as relações entre família e escola através de políticas públicas. De maneira cautelosa, as ações destas políticas devem estreitar as relações, de forma a garantir o sucesso dos alunos, mas não sugere a substituição do papel da escola pela família ou o inverso, e sim, que cada instituição cumpra seu papel no processo de escolarização dos alunos.

O estreitamento das relações do professor com as famílias de seus alunos, dará a este, mais ferramentas para aperfeiçoar sua prática. Em contrapartida, atenderá de forma satisfatória aos anseios e expectativas das famílias com relação a escolarização de seus filhos. Em todas as pesquisas relacionadas ao tema da interação escola-famílias (Reali & Tancredi, 2002; 2004), percebe-se que os pais têm manifestado seu interesse e preocupação com a escolarização dos filhos, dada sua importância e têm envidado esforços para mantê-los na escola; mas, apesar do seu envolvimento, interesse e esforço não repercutem na escola e a sua participação não ocorre no mesmo nível de seus anseios (Cozer, 2003).

A escola não espera muito dos pais quando se trata de acompanhamento da vida escolar de seus filhos. Comparecer a reuniões de pais e mestres, manter contato com a escola sempre que for necessário, e principalmente atenção e cumprimento às atividades de casa. Esse envolvimento pode ser espontâneo ou incentivado por políticas da escola ou do sistema de ensino (Carvalho, 2000).

Segundo relato de alguns professores, os alunos que sempre fazem suas atividades de casa são mais participativos nas aulas, estão mais inteirados com os conteúdos estudados e na grande maioria entre os alunos, estes não têm problemas de indisciplina na escola. Tal fato são observados nas crianças cuja os pais são escolarizados, participam e acompanham as atividades escolares dos filhos. Em contraste, alunos e alunas que não costumam fazer o dever de casa possuem pais e mães ausentes, pais e mães analfabetos, não têm ajuda, alunos que trabalham, alunos bagunceiros, são desorganizados, brincalhões, rebeldes (Carvalho, 2003, p. 46).

Como sabemos, participar da educação dos filhos e filhas comparecendo às reuniões escolares e, sobretudo, monitorando o dever de casa, requer certas condições: basicamente, capital econômico e cultural (Bourdieu, 2009). Capital econômico equivale a pais com tempo livre para acompanhar seus filhos na vida escolar e com um bom padrão de vida, pois mesmo que não tenham tempo livre para as atividades escolares, estes podem pagar um professor particular para suprir esta necessidade.

Esperar que os pais sejam aliados da escola, como forma de garantir uma melhor qualidade na aprendizagem de seus filhos está ligado ao capital cultural que envolve os conhecimentos acadêmicos (científicos) adquirido pelo indivíduo.

A motivação desta pesquisa é investigar a relação entre família e escola, esta, no âmbito público, visando ratificar a visão de que a célula familiar influencia no aprendizado da criança e que esta deve ter sua jornada escolar acompanhada e incentivada por seus tutores.

A escola é influenciada por fatores econômicos, sociais, culturais, de acordo com a comunidade que está inserida e a partir deste contexto, a intenção com este trabalho é que ele seja uma semente a ser regada de modo que a educação seja transformada por meio da interação entre família e escola. Trazendo para a escola esta discussão sobre família, alguns pontos nos levam à reflexão: A escola está preparada para acolher os variados arranjos familiares que estão se constituindo atualmente? A escola acolhe da mesma forma todos os formatos de famílias?

As dificuldades apresentadas pelas crianças na escola pode ser consequência das diversas mudanças pelas quais as famílias estão passando, a começar pela mudança na constituição familiar? Como a pandemia de COVID-19 teve influência neste quadro? Como aproximar os pais do ambiente escolar?

Talvez algumas dessas questões não possam ser por mim respondidas neste estudo por serem muito complexas, mas considero necessário investigar para se chegar o mais próximo de uma verdade que ocasionariam a mudança de paradigmas, que perpassam estas questões.

Se esta colaboração dos familiares, é segundo o pensamento de muitos, fator preponderante para a aprendizagem, o que acontece com os alunos que aprendem sem esse auxílio em casa. Fatores como as relações afetivas estabelecidas em casa, é uma condição favorável a aprendizagem. Uma explicação para este questionamento, deva ao fato de que as famílias veem na educação algo além dos conteúdos acadêmicos, transmitidos pelas instituições de ensino. A educação engloba aspectos e dimensões que não incluídas nos currículos escolares.

Diante do exposto, a presente pesquisa tem como objetivo principal a averiguação da participação da família na vida escolar dos alunos e como a Gestão Democrática vem sendo aplicada diante dos desafios impostos pelo ensino remoto, tendo como cenário de pesquisa uma escola do âmbito municipal localizada em Fortaleza-Ceará.

Como objetivos específicos, destacam-se: análise da literatura pertinente ao tema, de modo a averiguar a comprovação da relação entre família e escola para o sucesso do aplicar e realizar um estudo e perceber as expectativas dos alunos, pais e professores diante da proposta de maior participação da família no aprendizado do aluno.

Para a realização desta pesquisa, as metodologias utilizadas foram aplicadas de maneira coexistente: primeiro foi realizado um estudo bibliográfico, a fim traçar o arcabouço teórico da pesquisa e fundamentá-la, visando respaldá-la e analisar outros estudos já realizados sobre o tema versado. Logo após, foi realizado um estudo de campo em uma escola municipal de Fortaleza, localizada na periferia e nesta vivência, serão investigadas as percepções de pais e profissionais envolvidos, ouvindo suas perspectivas e constatando se há alguma ferramenta que permita maior interação entre escola e família em prol da formação escolar do aluno, pois desta forma, busca-se fundamentar a ideia de que o acompanhamento familiar reflete em melhorias no aprendizado do aluno.

Para a coleta de dados, o método utilizado será o de entrevista estruturada. Para a análise dos dados obtidos, será utilizada a análise de conteúdo de Bardin (2011), que consiste em analisar exaustivamente as falas coletadas dos personagens do estudo, a fim de identificar nas entrelinhas seus anseios, dentro deste tipo de análise, o pesquisador busca fragmentos nas mensagens emitidas. Serão levantadas algumas questões pertinentes a este tema, como as famílias deixam a cargo somente da escola a transmissão dos conteúdos curriculares, e as crianças apresentam uma aprendizagem satisfatória.

1 DESENVOLVIMENTO

1.1 RELAÇÃO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA: UMA ANÁLISE HISTÓRICA

Para uma maior compreensão sobre as bases da relação entre escola e família, é necessário retomar às civilizações antigas, onde não havia ainda a ideia de escola nos moldes como a conhecemos hoje, sendo um ambiente de desenvolvimento social para inserir a criança na sociedade.

Nas sociedades primitivas, o processo de escolarização possui ligação com o status social, pois seria um ambiente de repasse de cultura e hábitos, logo, a ida de crianças e jovens a estes locais tinha como principal intuito e ensino das tradições para que os alunos as repassassem para as novas gerações. O aprendizado era detido exclusivamente pelos mais velhos e se dava através da transmissão linear do conhecimento, dos mais velhos para os mais novos. A educação antiga possuía um caráter de reprodução de hábitos, a imitação era o método escolhido pelos alunos para aprender sobre técnicas de defesa, caça, colheitas, linguagem, culto dos deuses e dos mortos e domínio de terras para a expansão territorial.

No período Neolítico, as bases da educação ganharam novos contornos com o desenvolvimento, ainda que rústico, da agricultura, pois os indivíduos passaram de nômades para sedentários e com isso, iniciam-se as divisões de trabalho e gênero, homens iam faziam o trabalho braçal e exerciam domínio sobre as mulheres, dando início a mudanças significativas, dividindo os homens entre os trabalhadores do campo e os especialistas em religião. Neste contexto, surge a família e seu papel na formação social dos jovens e surgem também locais destinados ao aprendizado, que se constituía de imitação e voltado para o domínio de uma atividade.

A civilização grega foi permeada por grandes feitos históricos e educacionais. A Grécia foi berço das primeiras teorias voltadas à educação, elaboradas por nomes como Platão, Sócrates e Aristóteles. A cultura grega possuía por premissa o desenvolvimento intelectual e individual do ser humano, objetivando a formação de cidadãos com consciência política, moral e filosófica, formando a tríade intelectual dos indivíduos.

Cabe comentar, neste íterim, que apenas os homens eram considerados cidadãos e às mulheres cabia a submissão aos pais e maridos, que poderiam acolhê-las ou abandoná-las, se assim desejassem.

O convívio com a família era destinado às crianças em idade de primeira infância, nesta faixa etária, as crianças não eram sujeitos de direitos e a infância era considerada apenas uma etapa da vida. Em virtude das condições sanitárias da época, muitas crianças eram vitimadas por doenças até então desconhecidas, o que deixava grande dúvida sobre o futuro de uma criança.

Por conta da banalização da infância, não havia demanda afetiva, a criança ficava sob os cuidados de seu pai ou de um tutor, ficando alheia à sociedade, principalmente se fossem meninas, os meninos, ao completarem 7 anos, iriam para a escola enquanto às meninas era destinada uma educação voltada para as atividades domésticas, ensinada pela mãe.

A família era responsável pela educação e transmissão de costumes como a religião, por exemplo. As escolas eram ambientes seletivos e elitistas, onde começou a surgir a figura do mestre, a única pessoa detentora de conhecimentos cujo acesso era permitido apenas aos jovens do sexo masculino de famílias poderosas e tradicionais.

Antes do desenvolvimento da escrita, a educação grega era voltada para a formação física dos alunos. Após o alfabeto ser inserido na cultura grega, a educação na Grécia ganhou dois modelos: o modelo ateniense e o modelo espartano. Em Esparta, os meninos eram treinados para guerrear, eram tirados de suas casas por volta dos 7 anos e recebiam educação militar, por este fato, meninos deficientes eram expressamente excluídos da sociedade espartana.

O modelo ateniense de educação prezava pela valorização das experiências sociais, desenvolvendo áreas de cunho intelectual, principalmente após a incorporação do alfabeto iônico no processo de formação de alunos. Atenas foi responsável pelo desenvolvimento de campos como a Filosofia, História, teatro, oratória e leitura.

Neste íterim, a educação era de acesso restrito aos homens, de acordo com Baptista (2014, p. 4) “homens livres nascidos em Atenas, com idade superior a 18 (dezoito) anos, eram “cidadãos” (eupátridas), ou seja, aquelas pessoas poderiam participar do poder e das decisões públicas – excluindo os estrangeiros residentes em Atenas (metecos),

estrangeiros não residentes (xenos), escravos, mulheres, crianças e outros (85% a 90% da população)”. A educação ateniense era composta pela leitura, escrita, música e atividade física e era ministrada por três tutores.

A figura do mestre desempenha uma função tripla: *grammatistes* (professor de Gramática), o *khitharistes* (professor de música), e o *paidotribes* (mestre). Além disso, cada aluno possuía um escravo que auxiliava nos estudos, chamado *paidagogos*. Durante o século V a.C, surge um modelo educacional voltado para a formação integral do cidadão, seguindo os princípios democráticos e de liberdade política, chamado Paideia, cuja definição é dada por Platão: “(...) a essência de toda a verdadeira educação ou Paideia é a que dá ao homem o desejo e a ânsia de se tornar um cidadão perfeito e o ensina a mandar e a obedecer, tendo a justiça como fundamento” (Jaeger p. 147, 1995).

Lançam-se então as bases para a Pedagogia com uma educação voltada para o desenvolvimento intelectual e filosófico, é neste momento que ela desprende-se do caráter de transmissão de costumes e passar a se voltar a construção do cidadão, ganhando contornos científicos.

A perpetuação dos hábitos culturais e religiosos deram lugar ao desenvolvimento dos métodos científicos. Sócrates afirmou que [...] como problematização e como pesquisa, que visa a um indivíduo em constante amadurecimento de si próprio, acolhendo em seu interior a voz do mestre e fazendo-se mestre de si mesmo (Cambi, 1999). Em outras palavras, é neste momento em que percebe-se a importância de lapidar o indivíduo para que este busque o aprimoramento pessoal, a cultura passa a ser mais refinada e articulada e outras ciências surgem, como a Matemática, a Astronomia, a Geometria e a Historiografia.

Saindo da educação grega, também se tem como base educacional o modelo romano de educação, à época, o ensino não era democratizado e era voltado para o desenvolvimento moral e físico dos meninos. A educação da Roma Antiga buscava formar guerreiros e esta formação se dava no próprio seio familiar, onde o pai e a mãe orientavam as crianças. Diferente das mulheres gregas, as mulheres romanas não eram tão submissas e participavam de forma mais efetiva na educação dos filhos.

A *mater-família* (mãe) era respeitada e, portanto, tinha respaldo para escolher os mestres das crianças. O papel autoritário do pai era o responsável por formar o cidadão. Às meninas, cabia uma educação voltada para a formação de mães e esposas, oferecida pela matriarca.

O papel da mulher foi crucial em Roma. Durante a República Romana, Caio Graco, o eminente político romano, ainda ouvir os conselhos de sua mãe Cornélia, que possuía grandes conhecimentos sobre negócios e sobre o Estado. Até os dias atuais, ela é conhecida por sua vasta bagagem cultural e lembrada por autores como Dante Alighieri.

Ao completar sete anos de idade, a educação das crianças ganhava mais interferência dos pais, o pai passa a ser o educador formal dos meninos, enquanto as meninas aprendiam tarefas domésticas como tecer lãs. Aos meninos era destinada uma educação voltada para a vida pública, onde assumiriam papéis importantes quando adultos.

Em meados de século II a. C, a educação romana passa por reformas e no século I a. C deixa o modelo retórico grego para adotar o modelo latino, acarretando em um momento de sistematização das escolas, que foram divididas em níveis diferentes e era norteadas por manuais educacionais. No primeiro nível escolar era ensinadas atividades como a leitura, escrita e cálculo. O segundo nível era destinado o ensino de música, Gramática, Literatura e Filosofia. No último nível, eram ensinadas retórica, oratória e Política. Obviamente, este esmero era dedicado aos filhos das famílias ricas. Aos jovens menos abastados, era destinada uma educação técnica, voltada para a prática militar e para as Artes.

Durante a Idade Média, surgem práticas educacionais utilizadas até os dias de hoje. Foi nesta época que a educação e a religião se fundiram, formando instituições eclesiásticas cujo ensino era ministrado pelos oradores, lançando assim as bases do ensino religioso. Neste período, surgem as atividades escolares, a arguição, castigos e premiações. No primeiro momento, as escolas eram limitadas à formação de sacerdotes, fornecia uma educação cristã baseada nos ensinamentos bíblicos e funcionavam como internatos, tornando-se, posteriormente escolas que aceitavam os filhos nos monarcas e de membros da Corte, ensinando leitura, escrita, conhecimentos bíblicos, arte, latim, gramática, dialética e retórica.

Em paralelo, havia a Escola Palatina, fundada por Carlos Magno, cujo currículo prezava pelo ensino das artes liberais contidas no Trivium (estudo da Literatura, Gramática, retórica e dialética) e no Quadrivium (Música, Geometria, Aritmética, Astronomia e posteriormente a Medicina).

Em 1179, os professores passam a ser remunerados, decisão está tomada após o Concílio de Latrão e a educação absorve conceitos de outras civilizações, como a persa, a judaica e a árabe. Com o Iluminismo, disciplinas como a Matemática e Ciência da Natureza ganharam destaque, em virtude da valorização da razão e da lógica. No século XVII, o Estado e a Igreja se separam e surge a burguesia, que valorizava aspectos humanistas, assim, a educação religiosa for perdendo forças na Europa.

No Estado Moderno, a família e a escola ganharam papéis decisivos no processo de formação dos indivíduos, dando contribuições para a formação profissional e cultural, guiando as crianças diante dos perigos do mundo. À época, o pensamento de simplesmente colocar filhos no mundo já não era mais tão cabível, era necessário orientá-los. Esta ideia contemplava os meninos e também as meninas, agora vistas como sujeitos passíveis a receber educação, logo, a escola ganha forças como meio de auxílio ao núcleo familiar para criar cidadãos socialmente habilidosos e sábios.

Nasce então a figura do colégio, no século XVI como uma instituição de apoio à família, que fornecia instrução e conhecimentos de didática, lógica e saberes diversos, nesta época diversos métodos de ensino surgiram, inclusive o *Ratio Studiorum*, criado pelos jesuítas, que focava no comportamento das crianças, com métodos disciplinares rígidos, internados e separação dos alunos por idades.

A pedagogia da Ratio pretende que o educando, a partir da sua liberdade, desenvolva ao máximo, de modo harmônico e segundo uma hierarquia de valores, as suas disposições espirituais e as suas faculdades mentais, volitivas e afetivas, de acordo com a sua verdadeira natureza e destino (MIRANDA, 2009, p. 41).

O cerne do método era a educação simultânea de religiosos e pessoas leigas, incluindo disciplinas como Filosofia, Teologia, Línguas, Literatura, História, Retórica, Teatro, dentre outras. O ensino jesuíta tornou-se referência, aderindo à realização de testes para medir os conhecimentos dos alunos. Em 1539, o ensino jesuíta chega ao Brasil por intermédio da Companhia de Jesus.

Fundada em 1549 por Inácio de Loyola, a Companhia de Jesus foi uma ordem católica fundada na Europa e formada por padres jesuítas, cuja missão consistia em evangelizar, pregando assim o nome de Jesus. Dentre os princípios básicos da doutrina, destacaram-se: 1. Busca pela perfeição humana por intermédio da palavra de Deus; 2. Obediência irrestrita aos superiores; 3. Disciplina severa; 4. O militarismo como base para a hierarquia; 5. Valorização das aptidões de cada membro. Fundamentada nestes princípios, a educação jesuíta mostrou-se uma poderosa congregação, com atuações no campo religioso e educacional

1.2 PANORAMA HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O processo educacional de um país não acontece de forma isolada do contexto histórico e social. Neste capítulo, abordaremos a ótica da história da Educação no Brasil, bem como as motivações que culminaram em mudanças de sua estrutura, logo, é de fundamental importância mencionar a importância da chegada dos padres jesuítas ao país durante o Período Colonial, cuja visão educacional foi fundamental para a estruturação social e administrativa da sociedade em ascensão.

O modelo educacional proposto à época buscava moldar o homem dentro dos preceitos escolásticos¹, cujas aspirações encontravam-se em consonância com os ensejos e expectativas da sociedade que se formaria durante a primeira fase do Período Colonial. Para o alcance do objetivo de colonização, a Coroa Portuguesa obteve apoio da Companhia de Jesus.

A principal intenção do rei D. João III ao enviar os jesuítas para a Colônia brasileira – tal ideia e o conselho foram de Diogo de Gouveia – foi para converter o índio à fé católica por intermédio da catequese e do ensino de ler e escrever português.

A Ordem dos Jesuítas é produto de um interesse mútuo entre a Coroa de Portugal e o Papado. Ela é útil à Igreja e ao Estado emergente. Os dois pretendem expandir o mundo, defender as novas fronteiras, somar forças, integrar interesses leigos e cristãos, organizar o

¹ Sistema ocidental de educação cujo maior representante foi São Tomás de Aquino. Seus fundamentos baseavam-se nos valores cristãos somados à racionalidade.

trabalho no Novo Mundo pela força da unidade lei-rei-fé (Raymundo, 1998, p. 43). O modelo educacional jesuíta não visava apenas a catequização, pois englobava um projeto maior que também contemplou a transformação social, visto que tinha como objetivo reestruturar a cultura indígena do Brasil.

Teixeira Soares (1961, p. 142) afirma que a Companhia de Jesus surgiu como uma explosão de pensamento religioso transvertido ao campo das atividades práticas. Refazer o homem, infundir-lhe espírito novo, arquetipá-lo em finalidade sociais e religiosas, foi a ação da Ordem.

As mudanças começaram a ocorrer após a intervenção de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, à época, primeiro-ministro de Portugal entre 1750 e 1777, na metodologia jesuíta. Deste modo, foi ordenado que fossem destruídos documentos e manuscritos deixados pelos jesuítas, assim como também houve a exclusão do ensino religioso e até o aparecimento de um novo sistema educacional, o Brasil viu-se parado no tempo nestes temas, ficando sem dar novos passos durante 10 anos.

A organicidade da educação jesuítica foi consagrada quando Pombal os expulsou levando o ensino brasileiro ao caos, através de suas famosas ‘aulas régias’, a despeito da existência de escolas fundadas por outras ordens religiosas, como os Beneditinos, os franciscanos e os Carmelitas” (Niskier, 2001, p. 34).

De essência iluminista, Marquês de Pombal defendia ferrenhamente a necessidade de mudanças no sistema educacional brasileiro, lançando as bases da Reforma Pombalina, cuja figura central é o professor. Neste modelo, as aulas eram ministradas por docentes devidamente concursados, dando início ao que hoje conhecemos como servidores públicos, visto que àquela época, já eram funcionários do Estado.

Vale ressaltar que a reforma educacional proposta pelo Marquês foi aplicada em tempos diferentes em relação a Portugal, levando cerca de 30 anos para que o Estado Português obtivesse o controle pedagógico da educação oferecida, promovendo a expulsão dos jesuítas e desmembramento de seu sistema pedagógico, passando por outras etapas como escolha de materiais didáticos e nomeação de um Diretor Geral do Estudos, cuja função era repassar ao Rei informações sobre o desempenho e comportamento dos professores.

Com a expulsão dos jesuítas em 1759 e a aplicação das Aulas Régias, a situação educacional do Brasil não apresentou avanços, visto que o ensino era maçante e os métodos, autoritários, castrando a criatividade e impedindo que os alunos desenvolvessem sua criatividade, fortalecendo uma relação submissa ao Estado. A consequência disto foi uma queda brusca no nível de ensino, que ainda reverbera atualmente, visto que a intervenção do Estado ainda é latente.

Através do Alvará Régio de 28 de junho de 1759, o Marquês de Pombal, suprimia as escolas jesuíticas de Portugal e de todas as colônias ao expulsar os jesuítas da colônia e, ao mesmo tempo, criava as aulas régias ou avulsas de Latim, Grego, Filosofia e Retórica, que deveriam suprir as disciplinas antes oferecidas nos extintos colégios jesuítas.

Estas providências, entretanto, não foram suficientes para assegurar a continuidade e a expansão das escolas brasileiras, constantemente reclamadas pelas populações que até então se beneficiavam dos colégios jesuítas. Portugal logo percebeu que a educação no Brasil estava estagnada e era preciso oferecer uma solução (Seco; Amaral, 2006, online).

Em 1808, a educação brasileira vive outro momento crucial com a chegada da família portuguesa no Brasil, que acabou por alavancar o ensino com a criação da Biblioteca Nacional e das primeiras universidades brasileiras, destinadas aos filhos dos aristocratas. No ano de 1827, a primeira Lei que defendia a educação foi sancionada. Em seu artigo 1º, foi preconizado que “Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias”, neste ínterim, as meninas passaram a ser incluídas nas atividades educacionais.

As disciplinas ministradas eram: leitura, escrita, matemática, moral católica e História do Brasil. À época, não havia preocupação com a formação do professor e que os docentes deveriam buscar seus próprios meios para aprimorar seu trabalho, pois o Estado se eximiu de oferecer capacitações, uma vez que os professores ainda eram guiados pelos princípios da reforma promovida pelo Marquês de Pombal.

Alguns anos depois, a formação de professores passou a ser uma preocupação, passando a ocorrer concursos públicos para seleção de professores e em 1834 surge a Escola Normal de Niterói, voltada para a formação de docentes.

O período Regencial também trouxe reformas na educação que perduram até os dias atuais, como a definição de que o ensino e a capacitação dos professores seriam uma responsabilidade de cada província e o Ensino Superior ficaria a cargo do governo central.

Saindo do período monárquico, adentra-se à Repúblicas e suas mudanças. Em 1890, o ministro da educação Benjamin Constant deu enfoque ao ensino superior porém não deu a devida atenção às escolas primárias, onde o ensino de melhor qualidade era destinado aos filhos de famílias ricas e às crianças com condição financeira inferior, eram destinadas escolas com um ensino duvidoso e pouca infraestrutura.

Apenas em 1920 esta realidade ganhou novas configurações com o surgimento do movimento Escola Nova, liderado por Anísio Teixeira, que buscou implantar um modelo educacional inclusivo e voltado para em ensino prático. No mesmo ano, nasce a Associação Brasileira de Educação (ABE), criação de Heitor Lira, que tinha por intuito a promoção de discussões sobre a situação da educação no país e apesar de esforços como a Escola Nova, os índices de analfabetismo entre jovens e adultos ainda era alarmante. Em 1920, conforme o IBGE, a taxa de pessoas analfabetas chegava aos 65%.

Na década de 30, sob o governo Getúlio Vargas, o sistema de ensino brasileiro passa por um processo de organização. Neste contexto, destaca-se a criação do Ministério da Educação e das Secretarias Estaduais de Educação, em 1934, a Constituição Brasileira trouxe em sua redação princípios para a centralização da educação conforme as ordens do governo federal.

Em 1942, cria-se o ensino industrial, surge o SENAI (Serviço Nacional da Indústria), destinado à população mais pobre. Ao fim da era Vargas, a educação passou a ser vista como um direito de todos os brasileiros. Com a criação das escolas profissionalizantes, uma quantidade expressiva de alunos aparece e esta época coincide com o momento onde surge uma das figuras mais eminentes para a educação do país: Paulo Freire, pedagogo pernambucano. Seus métodos de alfabetização ganharam a atenção das autoridades em virtude da rapidez e do uso de instrumentos existentes na realidade dos alunos.

Em 1961, é promulgada a primeira versão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Apesar disso, apenas na segunda versão percebe-se o sistema educacional dando os primeiros passos para ser conhecido como é hoje, tendo, inclusive, mais participação de mulheres nas escolas públicas.

A versão de 1978 da LDB determina a conclusão do ensino primário, que durava 8 anos e instituiu o uso das terminologias 1º e 2º graus.

Nesta época, a educação tinha nuance mais tecnicistas, reflexo do período militar vigente. Em 1996, a LDB ganha outra versão, desta vez incluindo as terminologias Ensino Fundamental e Ensino Médio. Foi também nesta época que a educação infantil passou a ter mais relevância.

Diante do apresentado, verifica-se que, apesar de passados mais de 500 anos desde a chegada dos portugueses e das diversas reformas educacionais, o Brasil ainda encontra-se caminhando a passos lentos no que diz respeito à educação dos brasileiros, ainda percebe-se problemas como a desvalorização dos professores, evasão escolar, ausência de participação da família e deficiências educacionais como: alunos em séries que não condizem com suas idades, analfabetismo funcional, fatores psicossociais que interferem na jornada escolar e atualmente, a pandemia de COVID-19, que representou uma mudança brusca no modelo educacional que já passava por problemas.

1.3 ÍNDICES EDUCACIONAIS BRASILEIROS

É fato que ainda caminhamos a pequenos passos rumo à educação satisfatória e erradicação do analfabetismo. De acordo com dados do último PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua -, em 2019, foi relevado que o sistema público de ensino, apesar de apresentar progressos, ainda não é capaz de atender às necessidades educacionais de brasileiro em idade escolar.

No [Ensino] Fundamental e Médio, você tem que suprir a demanda de educação para uma população enorme como a brasileira, o que acaba ocorrendo preponderantemente na rede pública. Já no Ensino Superior, o governo até oferece instituições de ensino públicas, porém, as instituições particulares têm espaço para ampliar a oferta e pegar essas pessoas que não conseguem ingressar nas públicas, que [têm vagas] limitadas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018). Dentre as principais dificuldades para a distribuição igualitária de educação, encontra-se a vasta extensão territorial do país, onde apresentam-se discrepâncias entre regiões.

Percebe-se que a região Nordeste por exemplo, apresenta um número bem abaixo da média nacional, no que diz respeito aos anos de estudo, com variação no quesito cor, mas relativo equilíbrio no ponto de vista de gênero.

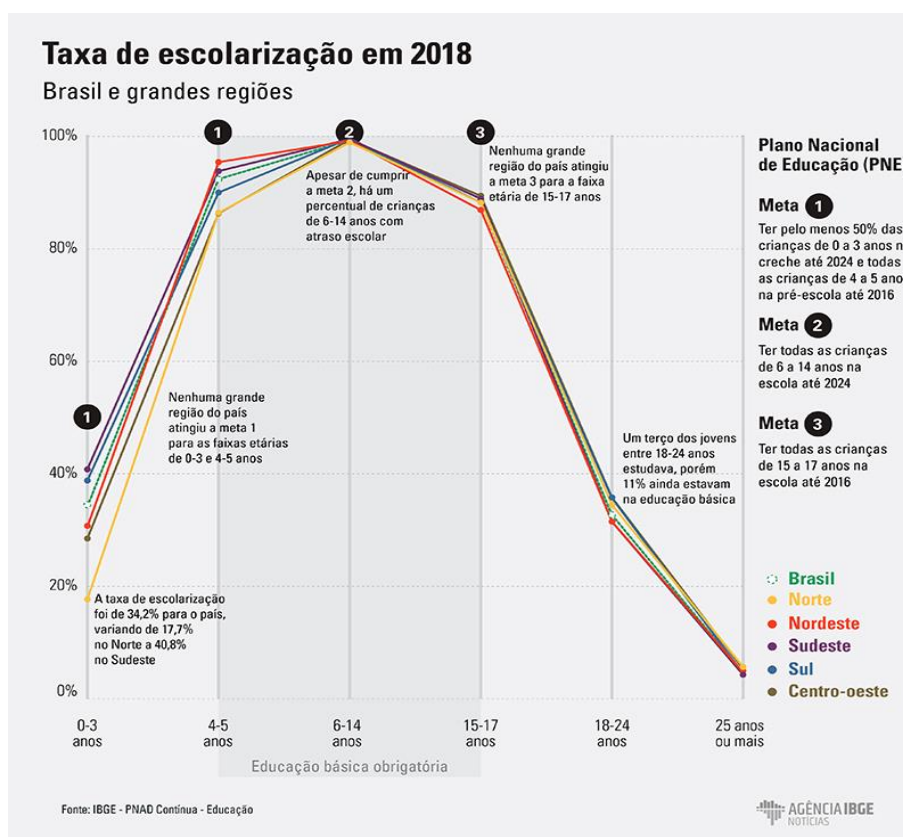
Pesquisas indicam que há relação entre indicadores de renda e a situação educacional. No caso do Brasil, tal fato pode ser justificado devido às desigualdades sociais existentes no país, onde há uma grande concentração de renda com um pequeno número de habitantes, e elevados níveis de pobreza.

Diante de tantos avanços observados nos últimos anos, ainda temos a repetência e a evasão como problemas recorrentes, principalmente no Ensino Médio (15 a 17 anos), sendo um grande problema para o sistema educacional brasileiro, onde foi registrado, em 2018, taxa de frequência líquida de 69,3%, ou seja, 30,7% dos alunos estavam atrasados ou tinham deixado a escola.

Pesquisas apontam que em média, os alunos frequentam a escola por cerca de cinco anos, antes de se evadirem e estudam em média 7,7 anos, tempo insuficiente para completar o Ensino Fundamental. No Nordeste, a adequação idade/etapa ocorria para apenas 61,3% das pessoas de 15 a 17 anos, no Norte para 61,9%, enquanto no Sudeste para 76,4%. A taxa de frequência líquida nessa faixa era menor para pretos ou pardos (64,9%) do que para brancos (76,5%). Esse indicador era menor para homens (64,5%) do que mulheres (74,4%)

Segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua, (PNAD Contínua) divulgada pelo IBGE, há 11,3 milhões de pessoas com 15 anos ou mais ainda não alfabetizadas, o que perfaz uma taxa de 6,8%. Quanto mais velha a população, maior o índice de analfabetismo. Houve melhora em praticamente todos os indicadores educacionais do Brasil, entre 2016 e 2018, porém persistem as desigualdades regionais, de gênero e de cor e raça: mulheres permaneciam mais escolarizadas do que os homens, pessoas brancas tiveram indicadores educacionais melhores que os das pessoas pretas ou pardas e, as regiões Nordeste e Norte apresentaram uma taxa de analfabetismo bem mais alta e uma média de anos de estudo inferior às regiões do Centro-Sul do país.

Figura 1 – Taxa de escolarização do ano de 2018 de acordo com o PNAD Contínua.



Fonte: IBGE (2018).

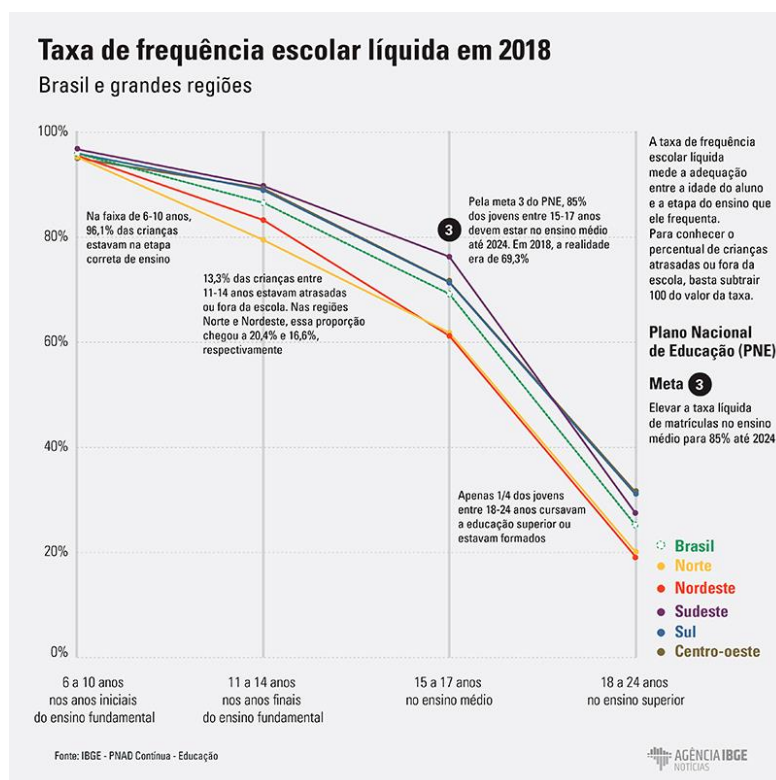
O fator socioeconômico também aparece como um agravante na situação, pois graças ao quadro de instabilidade econômica no país, muitos jovens se veem na obrigação de deixar a escola em detrimento do trabalho. Geralmente a faixa etária contemplada por este fenômeno corresponde dos 15 aos 29 anos, de acordo também com o IBGE. Em 2018, a porcentagem de homens que não trabalhavam ou estudavam chegou a 17,6% enquanto de mulheres chegou a 28,4%. Em relação à cor, entre as pessoas de cor branca, 18,5% encontravam-se nessa situação e entre as pessoas pretas ou pardas, 25,8%. 41,7% dos homens, 28,1% das mulheres, 36,1% das pessoas brancas e 34,2% das pessoas pretas ou pardas se dedicavam exclusivamente ao trabalho.

“Na Educação Profissional, que qualifica para o mercado de trabalho em um tempo mais rápido, os percentuais foram baixos entre 2016 e 2018. Por exemplo, dos estudantes da graduação, 8,5% frequentavam a graduação tecnológica e dos estudantes de ensino médio, 6,2% frequentavam o curso técnico de nível médio (IBGE, 2018).”

Entre as crianças de 0 a 3 anos, a taxa de escolarização chegou a 34,2%, revelando um aumento de 150 mil crianças a mais matriculadas. Entre a faixa etária de 4 e 5 anos, o percentual chegou a 92,4%, quase 5 milhões de crianças a mais do que em 2017. Já na faixa de idade de 6 a 14 anos, a universalização, desde 2016, já estava praticamente alcançada, com 99,3% das pessoas na escola em 2018. Entre os jovens de 15 a 17 anos, em 2018, foi de 88,2%, acima de 2016 e 2017, quando essa taxa se manteve estável em 87,2% (IBGE, 2018).

Apesar dos avanços demonstrados, ainda é perceptível que o país caminha a passos lentos quanto a consolidação da Educação, em especial, a participativa, onde a família é conscientizada sobre sua importância e influência no desempenho dos alunos. Mesmo havendo aumento nas taxas de escolarização, muitas vezes o aluno não está na série adequada de acordo com seu nível de entendimento, no Ensino Fundamental, por exemplo (6º ao 9º ano), geralmente estabelecido para o grupo de 11 a 14 anos de idade, a taxa de frequência escolar líquida no Brasil chegou a 86,7%.

Figura 2 – Percentual de frequência líquida escolar no ano de 2018.



Fonte: IBGE (2018).

Em termos regionais, a região Centro-Sul do país registrou taxas acima de 89%, em contrapartida, o Nordeste e Norte ficaram abaixo da média nacional, respectivamente, 83,4% e 79,6%. Para os jovens de 15 a 17 anos, a taxa de frequência líquida era de 69,3%, em 2018. As regiões Norte (61,9%) e Nordeste (61,3%) tiveram as menores taxas.

A pesquisa PNAD mostrou, também, que, dentre 47,3 milhões de brasileiros de 15 a 29 anos de idade, 13,5% estavam ocupadas e estudando, 23% não estavam ocupadas nem estudando, 28,6% não estavam ocupadas, porém estudavam e 34,9% estavam ocupadas e não estudando.

Entre as pessoas brancas, 16,1% trabalhavam e estudavam ou se qualificavam, percentual maior que entre as pessoas de cor preta ou parda, 11,9%. A proporção de pessoas brancas apenas trabalhando (36,1%) e apenas estudando (29,3%) também superou o de pessoas de cor preta ou parda, 34,2% e 28,1%, respectivamente (IBGE, 2018). Para que haja combate à desigualdade social e distribuição igualitária de oportunidades, é necessário que haja investimentos efetivos na educação da população, isto porque ela é a porta de acesso para o desenvolvimento do senso crítico e este deve ser aflorado desde a infância, ajudando a formar cidadão que não sejam meros espectadores da sociedade, mas sim, participantes em prol de uma sociedade mais esclarecida.

Também é necessário haver uma mudança de cultura e comportamento, onde as famílias também sejam participantes no processo de formação da criança, não cabendo apenas ao Estado esta tarefa, pensamento este ao qual os brasileiros ainda apresentam resistência.

Uma questão entra em evidência: o aumento do investimento com a educação garantiria que esta fosse de excelência? Apenas a questão financeira é suficiente para que nossas crianças e adolescentes possuam educação de qualidade? Nesta perspectiva, cabe uma reflexão acerca do papel da intervenção familiar na educação de jovens e adultos, onde a família atua como instituição coexistente com a figura do professor. Buscar soluções para educação brasileira, passa com ações complexas que envolvem boa vontade por parte dos governantes, pois envolve além dos investimentos, qualidade, inclusão, equidade, acesso e permanência, dentre outros fatores.

O Plano Nacional de Educação (PNE) com vigência entre 2014 e 2024, cujo o objetivo central, que pode ser apreendido de suas diretrizes, consiste em induzir e articular os entes federados na elaboração de políticas públicas capazes de melhorar, de forma equitativa e democrática, o acesso e a qualidade da educação brasileira (INEP, on-line). Em sua essência, o PNE “representa, normalmente, reação a situações de insatisfação e, portanto, volta-se na direção da promoção de mudanças a partir de determinadas interpretações da realidade”.

Em sua meta nº 5 o PNE possui em sua redação a promessa de alfabetizar todas as crianças até, no máximo, a 3ª série do Ensino Fundamental, objetivo este ainda muito distante de nossa realidade, visto que de acordo com a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), em 2016, ainda não se tinha atingido a marca de 55% de crianças até oito anos alfabetizadas.

Outro marco relevante no caminho do crescimento educacional, foi a homologação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), documento normativo que institui o conjunto das aprendizagens essenciais que os estudantes devem desenvolver ao longo das etapas da Educação Básica – Educação Infantil, Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos Finais, e Ensino Médio.

Assim, a BNCC vem como forma de garantir que todos os estudantes do país, independente da região que viva, aprenda um conjunto essencial de conhecimentos e habilidades comuns, bem como conhecimentos essenciais para o século XXI, incentivando a modernização dos recursos utilizados em sala de aula e das práticas pedagógicas. Espera-se que as desigualdades educacionais sejam reduzidas e que como consequência, se eleve a qualidade do ensino.

O crescimento educacional, passa pelo fortalecimento de uma gestão colaborativa. No caso do Brasil, os governos nas três instancias, municipal, estadual e federal, precisam trabalhar com políticas públicas que envolvam toda a comunidade escolar, de acordo com a perspectiva dos alunos, professores, diretores, famílias e toda a comunidade envolvida.

1.4 A FAMÍLIA E SEU PAPEL SOCIAL NA EDUCAÇÃO: NOVAS CONSTITUIÇÕES DO NÚCLEO FAMILIAR

Houve, do último século para este, mudanças consideráveis nas instituições familiares. Antes os papéis tão bem definidos de provedor e cuidadora desempenhados simultaneamente pelo pai e a mãe, sofreram alterações. As mães, antes mulheres do lar, responsáveis pela transmissão de valores, cuidados e fazeres domésticos, passaram a incumbir-se da função de provedor junto com o homem da casa.

Venosa (2005, p. 514) aponta que “A composição familiar é transformada drasticamente com o processo de industrialização, com a passagem da economia agrária à economia industrial. A família, neste momento, deixa de ser uma unidade de produção, na qual todos os membros trabalhavam sob a autoridade de um chefe. Os homens passam a dirigir-se para as fábricas e as mulheres lançam-se para o mercado de trabalho.” Na sociedade contemporânea o conceito de família e sua configuração vêm passando por algumas transformações.

Muitas das mudanças de paradigmas ocorridas na sociedade estão diretamente ligadas à alteração dos padrões familiares. Desta forma, às famílias estão se constituindo de acordo com os arranjos, e o meio onde estão inseridas.

Assim, o conceito de família vem sendo modificado para atender as novas configurações que estão se estabelecendo na sociedade, a partir de combinações e arranjos, fazendo surgir além da família tradicional, a recasada, monoparentais, homossexuais, dentre outras. (Stratton, 2003, p. 333).

Fatores como a realidade social, políticos, econômicos e culturais influenciam diretamente os padrões e constituições familiares, pois vão se transformando e reabsorvendo as adaptações e acomodações às realidades enfrentadas, nos papéis desempenhados pelos seus membros, nos valores, nas funções intergeracionais, nas expectativas e nos processos de desenvolvimento do indivíduo. (Wagner; Halpern; Bornholdt, 1999). Estudos apontam que as sociedades deram origem à constituição da família nuclear, passaram por muitas transformações ao longo do tempo. Segundo Ariés (1978, p. 273), na Idade Média, não havia intimidade familiar, a vida nesta época era vivida em público, até o século 17, “[...] as pessoas viviam misturadas umas com as outras, senhores e criados, crianças e adultos, em casas permanentemente abertas às indiscrições dos visitantes[...]”.

Ainda segundo o autor, as crianças desde muito cedo eram inseridas na sociedade, aproximadamente aos sete anos de idade, passam a frequentar a comunidade dos homens e sua educação se dava junto com outros adultos sendo ministradas por uma outra família.” Não havia lugar para a escola nessa transmissão através da aprendizagem direta de uma geração a outra” (Ariés, 1978, p.229), o ensino tinha como base, a experiência prática.

Na constituição das famílias, Ariés (2012, p. 10) apresenta um dado importante que indica não existir a obrigatoriedade do amor, da afetividade entre os membros familiares, pois a presença desses sentimentos não seria fator preponderante para que existisse o equilíbrio familiar. Ele conclui “A família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental” (Ariés, 2012, p. 158).

Com o tempo esse contexto foi mudando, segundo Ariés: (1978, p. 225) “[...] a família transformou-se profundamente na medida em que modificou suas relações internas com as crianças”. Os laços afetivos foram se estabelecendo, uma maior intimidade com os filhos, levou as famílias a se preocuparem mais com a educação dos mesmos.

Conforme o autor, com o início da Idade Moderna, aproximadamente na metade do século 17, a aprendizagem tradicional é substituída pela escola. A escola dá às famílias a possibilidade de educar seus filhos, não mais misturadas com os adultos, e em espaços adequados à aprendizagem de acordo com sua faixa etária. Esse distanciamento dos filhos desenvolveu nos pais sentimentos que antes não existiam. “Essa afeição se exprimiu, sobretudo através da importância que se passou a atribuir a educação” (Ariès, 2012, p. 11). A partir disso, a família começa a se organizar em torno da criança, dando-lhe importância, fazendo com que os filhos saíssem do anonimato e não pudessem mais ser substituídos sem que isso causasse dor e, como consequência, diminuíram o número de descendentes, para que eles fossem mais bem cuidados (Ariès, 2012, p. 11).

Ariés (2012, p. 159) faz uma correlação entre escola e família, aduzindo que: “como se a família moderna tivesse nascido ao mesmo tempo que a escola, ou, ao menos, que o hábito geral de educar as crianças na escola”. É importante citar que nem toda a população passou por este processo de mudança, concomitantemente, assim: “É verdade que essa escolarização, tão cheia de consequências para a formação do sentimento familiar, não foi imediatamente generalizada, ao contrário.

Ela não afetou uma vasta parcela da população infantil, que continuou a ser educada segundo as antigas práticas de aprendizagens (Ariès, 2012, p. 160).” Nesta afirmação, Ariès (2012, p. 160) inclui as meninas “[...] a extensão da escolaridade às meninas não se difundiria antes do século XVIII e início do século XIX”. As meninas eram educadas em casas alheias pela prática e pelo costume, mais do que pela escola.

Em síntese, Ariès (2012, p.189) faz uma diferenciação entre a família medieval, a família do século XVII e a família moderna. Na primeira, as crianças não permaneciam com os seus pais, pois eram enviadas aos cuidados de uma outra família para receberem o ofício e serem aprendizes.

No século XVII, as famílias deste século passaram a ser ter uma maior preocupação com a educação, carreira e seu futuro de seus filhos. Além disso, essa família “[...] era um centro de relações sociais, a capital de uma pequena sociedade complexa e hierarquizada, comandada pelo chefe de família” (Ariès, 2012, p. 189). Enquanto que a família moderna, ao contrário das anteriores: “[...] separa-se do mundo e opõe à sociedade o grupo solitário dos pais e filhos.

Toda a energia do grupo é consumida na promoção das crianças, cada uma em particular, e sem nenhuma ambição coletiva: as crianças, mais do que a família. (Ariès, 2012, p. 189). O conjunto de mudanças pelas quais passaram as famílias, desde a família medieval, até a moderna “[...] por muito tempo se limitou aos nobres, aos burgueses, aos artesãos e aos lavradores ricos” (Ariès, 2012, p. 189). De acordo com o pesquisador, “Ainda no início do século XIX, uma grande parte da população, a mais pobre e mais numerosa, vivia como as famílias medievais, com as crianças afastadas da casa dos pais” (Ariès, 2012, p. 189).

Com o advento da modernidade, a saída das mulheres dos lares para o mercado de trabalho contribuiu muito para as várias mudanças nas instituições familiares. A função de provedor deixou de ser apenas do homem da casa, onde a mulher passa a contribuir na manutenção da família. Ao sair de casa, a mãe passa a deixar a educação de seus filhos a cargo de outras pessoas, como também das instituições de ensino, que emerge para absorver essa demanda da sociedade urbana. (Duarte, 2000).

Com o avanço das tecnologias, a demanda da sociedade que absorve mais o tempo das pessoas, diminuindo assim o tempo de convívio dos membros familiares, ocasionou o crescente número de separação e divórcios.

Desta forma, as famílias foram deixando um pouco de lado a educação familiar, cuja dinâmica era baseada na afetividade, na transmissão de valores, crenças, ideias. No século XX, além do aumento de divórcios e separações, podemos citar o aumento da expectativa de vida, a diminuição do índice de mortalidade, o aumento de mulheres integrando o mundo do trabalho como fatores preponderante que influenciaram diretamente as famílias e seus estilos de vida.

Romanelli (2005) acrescenta: “Uma das transformações mais significativas na vida doméstica e que redundam em mudanças na dinâmica familiar é a crescente participação do sexo feminino na força de trabalho, em consequência das dificuldades enfrentadas pelas famílias”. (Romanelli, 2005, p. 77). Neste contexto, as famílias modernas não se constituem tão somente pelos laços sanguíneos, mas por um conjunto de fatores afetivos, cognitivos, sociais, culturais que as definem.

Contudo, essas mudanças sociais ocorridas nos dias de hoje, dão origem a uma diversidade de papéis e funções no núcleo familiar, estabelecendo uma nova dinâmica de poder neste ambiente. Como afirma Menezes (1990, p.53), (...) “a noção de família alterou-se desde a Idade Média. Efetivamente, tal como outras unidades, a família é permeável às mudanças econômicas e políticas que se vão verificando na sociedade”.

Dentre tantas mudanças pelas quais passam as instituições familiares atualmente, incluímos o fato de que esta estaria em crise, assim como a escola. Cada vez mais a ideia de família se afasta da união pelo casamento. O conceito de modelo convencional, onde um homem e uma mulher se unem para viverem juntos sobre todas as adversidades, pobre ou riqueza, saúde ou doença até que a morte os separe, já não tem o mesmo sentido. O número alarmante de divórcios nos últimos anos, está ligado as novas formas de convívio, revolucionando o conceito de matrimônio. Famílias recompostas, monoparentais, homoafetivas, sugere que se reconheça que seu conceito se multiplicou.

“A lei nunca se preocupou em definir a família. Limitava-se a identificá-la com o casamento. Esta omissão, que excluía do âmbito jurídico todo e qualquer vínculo de origem afetiva, teve um resultado desastroso, pois levou a justiça a condenar à invisibilidade e a negar direitos a quem vivia aos pares, mas sem a chancela estatal (DIAS, on-line)”.

Denominada de *família multiespécie*, sendo constituída pelos donos e seus animais de estimação, membros não humanos. A tendência de chamá-los de seres sencientes (coisas sensíveis). Quando do fim da convivência, tem a justiça reconhecido a cotitularidade dos animais de companhia, estabelecendo a custódia compartilhada com a imposição do pagamento de alimentos. Neste sentido, enunciado pelo Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), “na ação destinada a dissolver o casamento ou a união estável, pode o juiz disciplinar a custódia compartilhada do animal de estimação do casal”.

Por fim, a mais nova definição de família, identificada pelo seu envolvimento afetivo é a família eudemonista. O eudemonismo é a doutrina que enfatiza o sentido da busca pelo sujeito de sua felicidade. A absorção do princípio eudemonista pelo ordenamento legal altera o sentido da proteção jurídica da família, deslocando-o da instituição para o sujeito, como se infere da primeira parte do § 8.º do art. 226 da CF: “Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram. (DIAS, 2016, p. 205).”

A Constituição Federal de 1988, Brasileira reconhece várias estruturas de convívio familiar, mas o Código Civil que datava de 1916, tinha uma visão conservadora, continua reconhecendo apenas uma modalidade de família: a constituída pelo casamento. Assim, impedia a dissolução do casamento, não reconhecia os direitos dos filhos concebidos fora do casamento, bem como discriminava qualquer outra união fora dos dispositivos legais, neste caso o casamento.. A promulgação da Constituição definiu um preceito fundamental que precede a todos os princípios, a dignidade da pessoa, eliminando qualquer discriminação que não estivesse de acordo com a sociedade democrática e livre, resgando a característica do ser humano como sujeito de direito. O Código Civil perdeu o papel de lei fundamental do Direito de Família.

A união estável, união homoafetiva e o vínculo monoparental, são algumas mudanças ocorridas na sociedade moderna, que transformaram o conceito de família. Desta forma, para se chegar a um conceito amplo de família, é necessário incorporar os diversos arranjos familiares existentes, reconhecer a origem dos relacionamentos interpessoais e ter uma visão pluralista que leve em conta os fatores sociais, religiosos, culturais dentre outros.

A busca do direito à liberdade e a igualdade marcou a luta feminista e como consequência dá início ao declínio do regime patriarcal e hierarquizado da família. A disseminação dos métodos contraceptivos e o surgimento da reprodução contribuíram para

as mudanças de tais conceito. Regime este que na sociedade conservadora antiga favorecia o reconhecimento jurídico e a aceitação social, constituído pelo matrimônio. “A família formal era uma invenção demográfica, pois somente ela permitiria à população se multiplicar.” (Dias, 2015, p. 259).

A família tradicional brasileira tinha um amplo incentivo à procriação, como forma de garantir a sobrevivência, onde todos os parentes eram integrados, formando uma verdadeira comunidade rural. Essas características eram próprias da sociedade que não tinha preocupação com o bem estar social dos seus membros.

Esta forma de constituição familiar não resistiu advento chamado revolução industrial, que devido à grande necessidade de mão de obra principalmente nos setores terciários, obrigou as famílias a saírem dos campos e ocupar as cidades como forma de garantir o progresso industrial.

Desta forma, as mulheres que antes se ocupavam apenas dos trabalhos domésticos e do cuidado com os filhos, ingressaram no trabalho formal, deixando assim o homem de ser única fonte de subsistência da família. Agora com a denominação de familiar nuclear, formada apenas pelo casal e seus filhos, diminuindo significativamente o número de seus componentes, convivendo em espaços menores, onde a aproximação estabeleceu o maior vínculo afetivo entre os membros.

Para atender as necessidades de proteção do direito da família, uma primeira coisa é necessária se repensar. Atualmente não se pode falar apenas de família, já que não existe somente uma forma de constituição familiar, como bem explica Jones Figueirêdo Alves, apenas uma consoante a mais sintetiza a magnitude das famílias em suas multifacetadas formatações (citado por Berenice Jones Figueirêdo Alves, Abuso de direito no direito de família, 482). Desta forma, o direito das famílias surge para atender sem discriminação todas as constituições familiares.

Nesse contexto, Rolf Madaleno comenta (2011, p. 4): “A Constituição Federal de 1988 realizou a primeira e verdadeira grande revolução no Direito de Família brasileiro, a partir de três eixos: a) o da família plural, com várias formas de constituição (casamento, união estável e a monoparentalidade familiar); b) a igualdade no enfoque jurídico da filiação, antes eivada de preconceitos; e c) a consagração do princípio da igualdade entre homens e mulheres.”

A sociedade contemporânea evolui com tanta rapidez, que se torna impossível para o legislador acompanhar as mudanças de forma a garantir o cumprimento das necessidades e dos anseios de todos os cidadãos. Os direitos das famílias envolve principalmente o âmbito das relações afetivas, onde se concentram os reflexos de uma sociedade complexa, e que as relações não se dão de maneira tradicional na sua totalidade. Os avanços da jurisprudência fizeram o STF declarar, com caráter vinculante e eficácia *erga omnes*, que as uniões homoafetivas são uma entidade familiar. A partir daí foram assegurados todos os direitos, inclusive, acesso ao casamento (STF, ADI 4.277 e ADPF 132, Rel. Min. Ayres Brito, j. 05/05/2011).

“Compreender a evolução do direito das famílias deve ter como premissa a construção e a aplicação de uma nova cultura jurídica, que permita conhecer a proposta de proteção às entidades familiares, estabelecendo um processo de repersonalização dessas relações, devendo centrar-se na manutenção do afeto, sua maior preocupação (Brauner, 2004, p. 257).” Das inúmeras alterações na legislação brasileira, no âmbito familiar, vale ressaltar as mais significativas.

- Lei No 4.121, de 27 de agosto de 1962. Dispõem sobre a situação jurídica da mulher casada.
- Lei Nº 6.515/1977 de 26 de dezembro de 1977. Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento.
- Lei 10.406 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Determina a proibição de qualquer pessoa de direito público ou privado, de interferir na comunhão de vida instituída pela família.
- Lei Nº 11.340/06 de 07 de agosto de 2006. Conhecida como Lei Maria da Penha, cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, define como família qualquer relação íntima de afeto (LMP 5.º III).

1.5 A IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS

Na sociedade contemporânea, “os pais tornam-se, assim, os responsáveis pelos êxitos e fracassos (escolares, profissionais) dos filhos, tomando para si a tarefa de instalá-los da melhor forma possível na sociedade (Nogueira, 2006, p. 161).”

Assim, encontramos registrada na legislação brasileira a função da família na educação dos seus filhos, junto com a escola. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação versa que “Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (Brasil, 1996).

“Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1996).

Também fica claro no artigo 12 da LDB que os estabelecimentos de ensino devem: “VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola” (Brasil, 1996). No Artigo 13, cabe aos docentes incumbir-se quanto à “VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade” (Brasil, 1996). Segundo Nogueira (2006, p.163), em seus estudos nessa temática, acredita que “[...] no passado, as relações entre a família e a escola eram bem menos frequentes e, sobretudo, mais restritas em sua natureza, isto é, o campo e o teor das trocas eram bem mais limitados”. Assim, Nogueira (2006), partindo de estudos em Montandon (2001) sobre o assunto, frisa que no ao final do século XIX e início do século XX:

[...] a maioria das famílias não se relacionava com a escola pública, nem tinha meios para expressar ou fazer valer, enquanto grupos distintos, uma atitude crítica. As autoridades escolares preocupavam-se pouco com as suas opiniões. (...) Assim, em geral os pais não eram admitidos na esfera escolar e as relações família escola, tal como as preconizamos atualmente, não existiam nas cidades. E, se é verdade, que no quadro de comunidades mais pequenas como as vilas ou aldeias, o

professor, principalmente o do primeiro ciclo, desempenhava um papel mais alargado do que nas cidades e estabelecia relações com as famílias, não podemos pensar que nas zonas rurais os pais tinham uma maior intervenção no plano pedagógico do que nas cidades (Montandon apud Nogueira, 2006, p. 163).

Para Nogueira (2006, p. 163), seria um erro pensar que essa relação não existia, “embora, no passado essa relação fosse seguramente mais esporádica, menos intensa e de natureza diferente”. Ocorrem no histórico de participação familiar três processos, sendo o primeiro o de aproximação, nele “[...] escola e família intensificam suas relações de modo nunca antes conhecido. A presença dos pais no recinto escolar e sua maior participação em determinadas atividades tornam-se mais comuns” (Nogueira, 2006, p. 164), fazendo com que essa relação se amplie para além da participação em associações de pais e mestres e reuniões.

De acordo com os estudos realizados por Jussara (2016), o governo brasileiro promoveu algumas campanhas que incentivaram a relação entre família e escola, com o objetivo de criar uma parceria. Assim, Nogueira (2006), cita as duas que tiveram maior repercussão junto à população: em 24 de abril de 2001, o Ministério da Educação (MEC) lançou, pela televisão e com o auxílio de artistas famosos, o “Dia Nacional da Família na Escola”, que deveria realizar-se, a cada semestre, nos estabelecimentos públicos de ensino.

A programação do evento deveria ficar a critério de cada estabelecimento, mas o espírito da proposta era de que se estabelecesse, esse dia, um trabalho em parceria com os pais. Além de um kit, contendo cartaz, folder, adesivos da campanha etc., o MEC distribuiu, nas escolas públicas, uma cartilha intitulada *Educar é uma tarefa de todos nós: um guia para a família participar, no dia-a-dia, da educação de nossas crianças*, que fornece sugestões de como as famílias podem, no cotidiano doméstico, contribuir para a formação dos filhos, em casa, por meio de atividades de extensão da sala de aula (Nogueira, 2006, p. 156).

Nas palavras do Ministro da Educação da época, Paulo Renato de Souza, “o encontro vai permitir que os pais conheçam o desenvolvimento dos filhos, conversem com o professor e estabeleçam uma cooperação com a escola” (Jornal do MEC, 2001).

O segundo movimento, de acordo com a mesma autora, ocorreu três anos depois: entre dezembro de 2004 e janeiro-fevereiro de 2005, o mesmo Ministério da Educação veiculou, em todo o território nacional e também através da mídia eletrônica, uma campanha publicitária conclamando as famílias brasileiras, usuárias da escola pública, a

receber em seus domicílios os pesquisadores do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e a responder suas perguntas acerca da opinião e do grau de satisfação com relação ao serviço público escolar que recebem no Ensino Fundamental e Médio (Nogueira, 2006, p. 156).

“A pesquisa revelou, dentre outros resultados, que os responsáveis pelos alunos da escola pública brasileira, de modo geral, estão satisfeitos com a educação recebida hoje por seus filhos, considerando-a melhor do que a educação que receberam em sua época de estudo. (Pinto; Garcia; Letichevsky, 2006).”

A visão que os pais têm da escola pública atual é, de modo geral, boa ou muito boa, em todo o Brasil. Ao contrário do que se apregoa, as opiniões sobre diversos aspectos avaliados foram bastante convergentes neste sentido: desempenho atuante dos diretores; qualidade, higiene e quantidade da merenda; conteúdo do ensino; localização física da escola; atendimento recebido pelos pais nos contatos frequentes com a escola. Contudo, sem fugir dos resultados de outras pesquisas, emergem problemas graves, como: pouco oferecimento ou ausência de equipamentos de informática, biblioteca e espaço para lazer e atividades esportivas, violência dentro e nas imediações da escola, forma de avaliação do desempenho dos alunos e despesas com material escolar e uniformes (Fundação Cesgranrio, 2005).

Nogueira (2006, p. 157) afirma que “as famílias estão com mais desejo de participar ativamente na escola e começam a ver essa participação como um direito democrático, isso “[...] significa também que a contrapartida do Estado vem se dando no sentido de incentivar tal envolvimento e de criar mecanismos para que ele se viabilize”. Cada vez mais cedo, a escolarização se torna presente na vida das crianças e cada vez mais tarde ela é finalizada. A introdução de modelos e maneiras de propiciar a interação entre a família e a escola, reconhecendo a contribuição e os limites da família na educação formal é fundamental para “diversificar os sistemas de ensino e envolver, nas parcerias educativas, as famílias e os diversos atores sociais” (Ministério da Educação e UNESCO, 2000, p. 56).

Pesquisas vêm mostrando benefícios na integração família e escola. Alguns fatores vêm favorecendo essa integração, principalmente quando a escola tem nas suas diretrizes ações que favoreçam tal envolvimento. O projeto político pedagógico da escola, quando bem elaborado, pode ser um instrumento importante que viabiliza esse processo. É

importante que os pais conheçam o projeto político pedagógico da escola e se envolvam no desenvolvimento do mesmo. Esta é uma valiosa oportunidade de os pais conhecerem a instituição que o auxiliará no processo desenvolvimento cognitivo de seus filhos, como também é uma forma da escola conhecer melhor a família do seu aluno. São inúmeros os benefícios decorrentes desta interação.

Hess e Holloway (1992) destacam cinco aspectos do processo de funcionamento da família considerados fundamentais para promover a integração entre esses dois ambientes. São eles: a interação verbal entre a mãe e a criança, um relacionamento afetivo positivo entre os pais e a criança, as crenças e as influências dos pais sobre os filhos, as estratégias disciplinares e de controle e as expectativas dos pais. Estes aspectos influenciam a família, de maneira direta, e a escola, indiretamente, constituindo-se num campo de investigação extremamente rico, cujos dados poderiam subsidiar as políticas públicas brasileiras no que diz respeito à elaboração de planos e projetos nacionais (Bock, 2003; Bost, Cols, 2004; Marques, 2002).

No que tange à escola, a qualidade da instrução, a organização escolar, as metodologias de ensino, o número de alunos em sala e o apoio pedagógico fornecido aos professores são evidenciados como aspectos que podem contribuir para a melhoria do sistema escolar (Hess; Holloway Apud Ensminger; Slusarcick, 1992).

“Mesmo quando a instituição escolar planeja e implementa um bom programa curricular, a aprendizagem do aluno só é evidenciada quando este é cercado de atenção da família e da comunidade. Neste caso, a família e a comunidade devem ser orientadas quanto às novas abordagens utilizadas no ensino, visando acompanhar o progresso e as necessidades do aluno. (Dessen; Polonia, 2005).”

“Uma boa relação entre família e a escola propicia mais condições para que a criança se desenvolva cognitivamente e afetivamente. Assim, pais e professores devem ser estimulados a discutir e buscar estratégias conjuntas e específicas ao seu papel, que resultem em novas opções e condições de ajuda mútua (LEITE; TASSONI, 2002).”

“A escola deve reconhecer a importância da colaboração dos pais na história e no projeto escolar dos alunos e auxiliar as famílias a exercer o seu papel na educação, na evolução e no sucesso profissional dos filhos e, concomitantemente, na transformação da sociedade. (Dessen; Polonia, 2005).”

Alguns subestimam os reais benefícios desta relação. Por exemplo, para Fadel (1998), “o ambiente familiar é negligenciado como o iniciador e promotor das práticas de leitura e escrita; no entanto, os elementos linguísticos e da escrita são trabalhados antes, durante e depois da vivência escolar, no contexto familiar”. Sobre isso, Luria (1988) ressalta que “ao copiar o comportamento da mãe ou do irmão, rabiscando ou desenhando, a criança reconstrói internamente o processo da escrita, envolvendo os aspectos motor, cognitivo, social, além dos significados culturais desta atividade”. Em muitos casos, a escola não aproveita essas experiências trazidas pelos educandos, incorporando-as ao seu currículo como forma de desenvolver as capacidades cognitivas deste aluno.

“Na faixa etária de 0 a 7 anos, a socialização entre escola-família-sociedade é muito importante para o desenvolvimento da criança, etapa na qual ocorre a primeira socialização do indivíduo. Ao interagir com outras pessoas, a criança aprende opiniões, valores, atitudes e respeito. O papel da família e da escola nesta fase é o de mediadores.

Na escola, as crianças vão socializar e vivenciar experiências e aprendizagens, conviver com a diversidade. No início dessa fase da criança, a família e a escola atuam como mediadores primordiais, apresentando e significando o mundo social do indivíduo (Cavalleiro, 2007).”

A escola, em parceria com a família, desempenha funções muito importantes para desenvolvimento da criança e da alfabetização. A boa relação entre essas instituições é fundamental para obter e garantir resultados que favoreçam o desempenho dos trabalhos pedagógicos, e garantir o aprendizado dos educandos. É necessário manter um diálogo permanente entre os envolvidos nesse processo, já que a educação da criança acontece em meio a esses dois ambientes diferentes.

Família e escola, trabalhando juntas, têm a responsabilidade de transmitir normas e valores necessários para a formação do indivíduo. A responsabilidade maior é da família, pois deve estar constantemente em contato com a criança na fase da formação e do desenvolvimento.

Tendo consciência da sua responsabilidade na educação da criança, a família não deve delegar essa responsabilidade para as instituições educacionais, já que as duas instituições têm que estar sempre em parceria para alcançar o crescimento e a inserção do indivíduo na sociedade (Stimieski, 2010).

A participação e a afetividade dos pais no contexto escolar são muito importantes para o desenvolvimento, a formação do educando e para a aprendizagem da criança, de forma a apoiar, encorajar e estimular os filhos. O envolvimento e o interesse dos mesmos com a escola vão criar uma relação fundamental e de grande importância para o desenvolvimento cognitivo, cultural, emocional e social da criança. Muitas vezes as famílias responsabilizam os educadores pela educação de seus filhos, esquecendo a sua importância e o seu papel como educadores, e muitos professores e diretores acham que os pais não têm muito a contribuir com o aprendizado e com o currículo escolar.

Muitos acham que a contribuição dos pais no processo pedagógico já se dá ao enviar seus filhos pra escola com bons modos e boa autoestima e não em participar do dia a dia da criança na escola e do projeto político pedagógico da escola. “Escola e família não devem trabalhar isoladamente, ambas são responsáveis pela formação do indivíduo, pois é na família que a criança obtém o capital simbólico e social, e na escola desenvolve o capital escolar. A escola tem um importante papel no desenvolvimento da criança, deve criar condições para a criança descobrir por si mesma (Ferreiro, 2001).”

“Família e escola são duas instituições fundamentais que desencadeiam os processos de evolução do indivíduo, atuando como propulsores e inibidores no desenvolvimento e crescimento mental, físico, intelectual e social do sujeito (Polonia; Dessen, 2005). “

A educação que a criança recebe dentro do âmbito familiar cumpre um papel primordial na construção do sujeito. As práticas e atitudes dos pais na educação e criação de seus filhos têm influência no desenvolvimento, e logo influenciam o comportamento da criança na escola (Vygotsky, 1984, P.87 apud Medeiros, 2012).

Pais e professores devem estar sempre unidos para que tenham alicerce em uma educação participativa e rentável psicologicamente. O importante não é apenas saber ler e escrever, mas formar e ser formado. Não podemos culpar e escolher um culpado. Devem se unir e trabalhar todos juntos, refletindo na formação do sujeito e em seu futuro cultural e social (Formiga, 2007).

Muitas evidências são positivas a influência das famílias na vida escolar dos filhos. Ao se juntar esforços destas instituições em apoiar a aprendizagem das crianças, estas respondem melhor aos estímulos e conseqüentemente ao desenvolvimento intelectual, social e humano. Desta forma, estudantes com pais envolvidos, independente da classe social e de

sua renda, frequentam regularmente a escola, tem melhores desempenhos sociais, são destinados alcançar elevando resultados em testes, dando continuidade aos estudos indo até o nível superior. Estudos também apontam que famílias de todos os níveis sociais, de todos grupos étnicos e culturais estão destinados a apoiar o aprendizado de seus filhos em casa, mas famílias brancas de classe média, estão mais envolvidas com a vida escolar dos filhos.

Programas e esforços especiais para envolver as famílias fazem a diferença. A escola precisa se preparar para atender as demandas das famílias no quesito acompanhamento escolar dos filhos. Para isso, precisa se aproximar das famílias, conhecer o contexto cultural, social que elas estão inseridas, concentrando esforços para envolvê-las no processo de apropriação das aprendizagens dos filhos. Desenvolver ações que envolvam toda comunidade escolar, como forma de conscientizá-los de que a aquisição da aprendizagem das crianças e o sucesso escolar é de responsabilidade de todos, trabalhando juntos.

Com resultados positivos e convincentes da relação família e escola, o maior beneficiado é o aluno, onde as evidências revelam com esses estudos que as crianças tendem a frequentar a escola regularmente, têm os melhores resultados no desenvolvimento das habilidades sociais, procuram concluir o ensino básico chegando ao ensino superior.

As Instituições de Ensino precisam criar ações que construa uma relação confiável entre professores, famílias e comunidade escolar, respeitando as diferenças de classe e cultura, sob uma filosofia de parceria, onde as responsabilidades deverão ser compartilhadas. Desta forma as escolas conseguiram envolver o maior número de pais na dinâmica escolar.

É importante ressaltar que há estudos que revelam pontos negativos dessa relação. “Algumas estratégias usadas pelas escolas para inserirem os pais na vida escolar dos filhos, não dão o resultado esperado pela instituição, e conseqüentemente, não influencia positivamente a vida acadêmica do aluno, principalmente no ensino médio (Catsambis, 1998; Fan e Chen, 1999; Izzo et al., 1999; Shumow e Miller, 2001).”

Lee Shumow e Joe Miller (2001) descobriram “que o envolvimento em casa está relacionado a atitudes positivas dos alunos em relação à escola, mas negativamente relacionadas a notas e testes pontuações”. Eles interpretaram suas descobertas como significando que os pais de alunos em dificuldades fornecem mais ajuda em casa do que pais

de alunos bem-sucedidos. Xitao Fan e Michael Chen (1999) encontraram um padrão semelhante. Segundo eles, os pais impõem um maior controle sob os filhos, ajudando mais a escola, quando estes não apresentam um desempenho acadêmico satisfatório ou de comportamento.

Em síntese, grande parte dos pesquisadores apontam que os relacionamentos são importantes para garantir os processos de desempenho dos alunos. A construção das relações entre família e escola, deve ser pautada pelo respeito e confiança. Charles Payne e Mariame Kaba (2001) afirmam que o nível de confiança social entre a escola e os pais pode descrever a qualidade de uma escola.

Todos que compõem a escola precisam estar envolvidos nas relações que se dá com as famílias, sob o olhar da parceria para o desenvolvimento educacional das crianças. Este olhar diferenciando das instituições na construção desse elo com as pais, aumenta o desejo dos mesmos em participar da vida escolar dos filhos. Enfim, para garantimos o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, a educação perpassar pelas relações entre os espaços que favorecem esse aprendizado, de maneira a favorecer a aprendizagem dos estudantes.

1.6 PRINCÍPIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA PARA A INSERÇÃO DA FAMÍLIA NO AMBIENTE ESCOLAR

“A democracia surgiu quando, devido ao fato de que todos são iguais em certo sentido, acreditou-se que todos fossem absolutamente iguais entre si”, assim disse Aristóteles. O entendimento que se tem da máxima proferida pelo filósofo grego é de que, ainda que haja cargos e papéis distintos na sociedades, todos os indivíduos têm voz para proferir aquilo que ele considera melhorias para seu meio.

Sendo a educação a base para a formação de cidadão com senso crítico aflorado, capazes de indagar a realidade à sua volta e buscar soluções para amenizar a desigualdade social, é de fundamental importância que o processo de construção da jornada educacional seja escritos por mãos diversas: gestores, professores e pais de alunos, a fim de diversificar os conhecimentos e vivências em prol da construção de um ambiente democrático que tem como objetivo final o aprimoramento da educação dos discentes.

Desde a década de 90, o Brasil busca melhorias em seu panorama educacional, com políticas públicas, avaliações e indicadores de fluxo escolar que visam a permanência do aluno na escola, diminuindo a evasão escolar. Outro problema a ser observado é o direcionamento insuficiente de recursos voltados à educação, que baseando-se pelo percentual do Produto Interno Bruto (PIB), a meta é de 10% (dez por cento), percentual ainda a ser alcançado.

Ainda na mesma década, em 1996, o Brasil ganhou uma diretriz jurídica que respalda a gestão democrática na escola: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) que, dentre os diversos tópicos em educação, dedica dois artigos à gestão democrática do ensino e da jornada escola, são os artigos 14 e 34, cujas redações preconizam que:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

No âmbito jurídico, a gestão democrática nas escolas está amparada por 4 dispositivos legislativos, são eles: A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 9394/96, a Lei nº 10.172/2001 - Planos Nacionais de Educação (PNE) e a Lei nº 13.005/2014.

O princípio constitucional da Gestão Democrática vigora no Brasil desde a promulgação da Carta Magna de 1988 e apesar do tempo decorrido, as concepções de gestão democrática ainda são distintas: uma é meramente formal e burocrática, na qual a descentralização é uma estratégia fundamental à diminuição do Estado e outra valoriza a autonomia da escola com a participação da comunidade escolar, conforme o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n. 9394/96 (GONZALEZ; BERNADO, 2013).

A gestão democrática pode ser entendida como um plano de coexistência entre as ideias dos membros da escola e da comunidade em geral, que atuam em prol do desenvolvimento da cidadania, corroborando com o pensamento de Lück (2009, p. 70),

quando este afirma a educação é um processo social colaborativo que demanda a participação de todos da comunidade interna e externa da escola.

Ao falar de gestão democrática, é preciso remeter-se à participação de todos no espaço escolar, promovendo um ambiente que facilite na reflexão, tomada de decisões e mudanças em prol da qualidade educacional. A gestão democrática também contempla a administração da escola, visto que é de onde parte a aplicação de projetos responsáveis pelo alcance das metas pedagógicas da escola, assegurada pelo convívio participativo, permitindo aos professores e demais profissionais a oportunidade de ter voz ativa quanto ao funcionamento da estrutura escolar.

Cabe chamar a atenção que participação, autonomia, descentralização e transparência são as categorias, ou melhor, os elementos fundantes da gestão democrática e se interrelacionam (BRASIL, 2015). Nas palavras de Dourado (2000) a gestão democrática da escola pública parece reforçar o elo da escola com a participação enquanto prática social do exercício da cidadania. Ainda de acordo com o autor, a gestão democrática da escola pública é um:

[...] processo de aprendizado e de luta política que não se circunscreve aos limites da prática educativa mas vislumbra, nas especificidades dessa prática social e de sua relativa autonomia, a possibilidade de criação de canais de efetiva participação e de aprendizado do “jogo” democrático e, conseqüentemente, do repensar das estruturas de poder autoritário que permeiam as relações sociais e, no seio dessas, as práticas educativas. (DOURADO, 2000, p.79).

A gestão democrática na escola é composta por diversas nuances: formação e atuação do Conselho Escolar, elaboração colaborativa do PPP – Projeto Político Pedagógico, participação da comunidade no processo de tomada de decisões sobre o uso dos recursos financeiros, avaliação dos funcionários e gestores, estrutura da escola, aplicação da LAI – Lei de Acesso à Informação, divulgando prestação de contas e gastos realizados, debates entre escola e comunidade sobre melhorias, dentre outras.

De acordo com Paro (2008), a realização de um trabalho participativo e democrático, envolvendo todos os segmentos sociais que formam a realidade da escola; pode contribuir para o rompimento do autoritarismo remanescente que ainda existe no lócus escolar, proporcionando assim reflexões sobre ao papel do gestor na busca de uma escola pública de qualidade (Espírito Santo; Bernardo, 2014).

Em busca ampliar o debate sobre a melhoria dos índices educacionais, desde 2007 o Governo Federal busca somar forças para amenizar o impacto negativo da educação criando políticas públicas que asseguram o acesso democrático e de qualidade à educação.

O marco para estas iniciativas foi o lançamento do Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, que traz em seu texto o *Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação*, do qual originou-se o PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação), ligado ao MEC (Ministério da Educação), ainda no mesmo ano.

No âmbito municipal, a Gestão Democrática é amparada pela Lei Complementar nº 169 de 2014, que institui o Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. Em seu artigo 1º, a Lei preconiza os alicerces que sedimentam a Gestão Democráticas nas escolas públicas, fazendo saber que “a finalidade é garantir a centralidade da escola no sistema e seu caráter público quanto ao financiamento, à gestão e à destinação”. O artigo 2º da referida Lei traz o conceito de comunidade escolar e determina que são contemplados:

- I – estudantes matriculados em instituição educacional da Rede Pública Municipal de Ensino de Fortaleza;
- II – mães, pais ou responsáveis por estudantes da Rede Pública Municipal de Ensino de Fortaleza;
- III – integrantes efetivos da carreira do Magistério Público de Fortaleza em exercício na escola;
- IV – servidores públicos efetivos e ocupantes de cargos em comissão em exercício na escola;
- V – professores contratados por tempo determinado para atender a necessidade temporária das escolas Municipais;
- VI – empregados terceirizados que executem serviços nas unidades escolares da rede pública Municipal (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2014).

A partir do artigo mencionado, é possível perceber que a comunidade escolar é formada por sujeitos que ocupam posições distintas e que proporcionam visões diferentes sobre o percurso escolar. O professor, o aluno, os pais/responsáveis, os funcionários, cada um destes possui uma percepção sobre o mesmo ambiente e ao agrupar estas visões, é pode-se verificar falhas no sistema da escola e trabalhar coletivamente para melhorá-lo.

Ainda de acordo com a Lei, para que se possa instaurar um plano de Gestão Democrática na escola, é necessário escolher membros que integrem os órgãos colegiados mencionados no dispositivo jurídico municipal, são eles:

I – Órgãos colegiados:

- a) Conferência Municipal de Educação;
- b) Conselho Municipal de Educação de Fortaleza;
- c) Assembleia Geral Escolar;
- d) Conselho Escolar;
- e) Grêmios estudantis

f) Unidade Executora dos Recursos Financeiros (UERF) das unidades escolares.

II – Direção da unidade escolar (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2014).

O pilar da gestão democrática é o bem coletivo. Cada indivíduo possui seu juízo de valor, aptidões, percepções, vivências e ocupado um lugar importante na jornada escolar dos alunos. Todo conhecimento adquirido ao longo desta deve ser compartilhado em prol da elaboração de medidas que priorizem o exercício da cidadania e conscientize o aluno, desde muito cedo, sobre seu lugar no mundo.

2 METODOLOGIA

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa, de caráter qualitativo, buscou compreender a importância da participação da família na vida escolar dos alunos a partir da Gestão Democrática enquanto ferramenta de gestão, a abordagem qualitativa foi escolhida por permitir uma variedade de discursos encontrados sobre o tema, entre percepções individuais e coletivas. Dentro do espectro qualitativo, a realidade é experimentada pelo pesquisador com diferentes nuances, por intermédio de cada indivíduo pesquisado ou material lido para a elaboração de seu estudo.

Assim, a pesquisa qualitativa propõe o diálogo entre visões diferentes, diminuindo a distância entre estas, tornando possível a coexistência entre opiniões divergentes, pois assim, a compreensão e a reflexão sobre as visões de mundo e de construção de conhecimento que embasam a pesquisa são essenciais, visto que é por meio delas que é possível avaliar a qualidade, a consistência e a coerência da estratégia metodológica adotada. (MORROW, 2005 apud SACCOL, 2009).

Há de se ter, na perspectiva qualitativa, um controle de qualidade do material elaborado e portanto, alguns princípios devem ser observados: 1) Clarificação da pesquisa: os objetivos e o problema da pesquisa devem ser claro; 2) Justificativa: deve-se buscar consonância entre o método escolhido e explicar o porquê deste ser o melhor para a pesquisa que se deseja realizar; 3) Esmero metodológico, esclarecendo todos os passos percorridos e detalhando as técnicas para a análise de dados; 4) Explicitação da técnica utilizada em caso de participação de entrevistados; 5) Interpretação dos dados analisados, podendo se os resultados reafirmam uma teoria/realidade existente ou se representa algo novo nestes campos; 6) Cuidado por parte do pesquisador para que suas opiniões pessoais não fiquem refletidas na pesquisa e nem na escolha do tema; 7) Transferabilidade: o que o trabalho representará para a sociedade e para a comunidade acadêmica.

A validade social da pesquisa qualitativa diz respeito à sua aplicabilidade e ao seu impacto no cotidiano das pessoas. (SANTOS; DELL'AGLIO, 2013). A priori, foi realizado um levantamento bibliográfico a fim de respaldar este estudo, trazendo conceitos importantes para a compreensão do tema, tais como a evolução da educação do Brasil e do

mundo a partir das mudanças sociais, as novas configurações de família, subtópico importante para que se entenda que o núcleo familiar também se estende a tios, avós e tutores das crianças e os princípios da Gestão Democrática aplicados ao âmbito das escolas municipais de Fortaleza.

No que concerne aos objetivos, a pesquisa configura-se como exploratória, pois busca estabelecer proximidade com a temática, procurando entender a relevância da relação escola x família. Com o intuito de estabelecer um panorama literário sobre o objeto de estudo, a pesquisa seguiu o caminho de uma revisão bibliográfica de cunho narrativo, a fim de prover mais rigor à pesquisa, utilizando-se de materiais fidedignos e atualizados, traçando o arcabouço teórico de forma a consolidar a relevância da relação escola x família.

A revisão de literatura foi realizada entre os meses de janeiro de 2020 a agosto de 2021 junto a portais especializados em Educação, plataformas governamentais e acadêmicas. Para o levantamento dos materiais, foram utilizados os seguintes descritores: “gestão democrática + escola”, “família + escola”, “família + Direito Civil”, “gestão democrática + prefeitura municipal de Fortaleza”. Para auxiliar na escolha dos materiais, utilizou-se a metodologia do Estado da Questão, que proporciona ao pesquisador maior contato com o objeto de pesquisa mediante tratamento da informação e mais rigor na escolha dos materiais bibliográficos. O Estado da Questão vem subsidiar, portanto, todo o processo de investigação, ajudando a redefinir os objetivos, auxiliando no planejamento do campo teórico-metodológico, contribuindo na identificação das categorias teóricas, nas discussões e análises dos dados e, finalmente, mostrando, na conclusão da pesquisa, de forma explícita ou implícita, a sua contribuição para a construção do conhecimento (NÓBREGA-THERRIEN; THERRIEN, 2010).

No caso desta pesquisa, houve a preocupação em trazer ao máximo a vivência em uma escola municipal da cidade de Fortaleza e seu modelo de Gestão Democrática, principalmente durante a pandemia. Neste momento, abre-se um espaço para fazer uma breve sobre os desafios que a Educação vem vivendo. A pandemia da COVID-19 tornou as desigualdades sociais mais visíveis em todas as esferas da sociedade: cultural, econômica, tecnológica e principalmente educacional. Com a suspensão das atividades presenciais nas escolas, foi adotada a modalidade do ensino à distância. A iniciativa de fato traz grandes avanços para o campo educacional e para a inclusão digital, entretanto, é notável o abismo

social que há entre alunos abastados e os socialmente vulneráveis.

Alguns aspectos são determinantes para o êxito da jornada escolar, como o pleno acesso à internet, possuir computador e smartphone e um ambiente propício para realizar os estudos, logo, a diferença social entre grupos econômicos é uma questão ainda muito viva, pois as condições sociais não são as mesmas para todos, contribuindo para que os alunos de baixa renda não consigam acompanhar devidamente as aulas. Cabe comentar que este contexto é fruto de uma mentalidade arraigada na sociedade de que a meritocracia é suficiente para o sucesso do aluno, porém, a realidade é diferente.

A pandemia é um momento de reflexão acerca do que pode ser feito em prol da diminuição do impacto da desigualdade social, fornecendo condições àqueles que não possuem, é um momento de reformulação do sistema educacional para que este possa ser desfrutado por todos os alunos de maneira democrática e igualitária.

Desta forma, surgiu a preocupação em analisar como se deu a participação dos pais nos assuntos escolares a partir do ambiente virtual, pois sabe-se que nem todos possui acesso e o devido conhecimento para lidar com as inovações tecnológicas.

Para tal, no segundo momento da pesquisa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com a gestora e professoras da escola, a fim de captar suas percepções sobre como as famílias vêm se inserindo no ambiente escolar. A entrevista com a gestora foi realizada pessoalmente, na própria escola, teve duração de 12 minutos e foi gravada, passando por um processo de transcrição para transformação em texto para compor esta dissertação. As entrevistas com os professores foram realizadas via Formulários Google e contou com seis questões objetivas que buscaram saber sobre a participação da família da vida escolar das crianças.

Os pais também foram chamados a participar da entrevista e também foi criado para eles um questionário para averiguar o nível de participação deles na vida escolar de seus filhos, afinal, a presente pesquisa fala de Gestão Democrática, sendo imprescindível ouvi-los. Entretanto, o contexto atual não foi favorável para colher os relatos destes. Logo, constam neste estudo, como resultados, os resultados das interações com a gestora da escola e os professores.

2.2 LOCAL DE PESQUISA

A escola escolhida para a realização da pesquisa é do âmbito municipal e está localizada no bairro Henrique Jorge, Fortaleza, Ceará. Antes de 2012, a escola era de responsabilidade estadual e no referido ano, foi transferida à esfera municipal.

Ao todo, são contabilizados 720 alunos, distribuídos da Educação Infantil à Educação de Jovens e Adultos (EJA). A estrutura da escola conta com biblioteca, brinquedoteca, bebedouros e possui 3 anexos. Seu quadro de funcionários é composto por 45 professores e 6 funcionários, que são agentes administrativos e agentes escolares.

É uma escola premiada por entregar bons índices escolares e é uma das mais procuradas da região. Funciona nos turnos manhã, tarde e noite, oferecendo um ensino diferenciado, conforme relato da gestora, os alunos das séries compreendidas entre o 1º e o 5º ano já fazem simulados, ou seja, provas preparatórias para exames e demais seleções.

Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

Figura 3 – Pátio central da escola.



Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

Figura 4 – Parte do pátio central da escola, onde ficam a Secretaria e a Direção



Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

Figura 5 – Vista do pátio central da escola, onde é possível ver as salas de aula.



Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

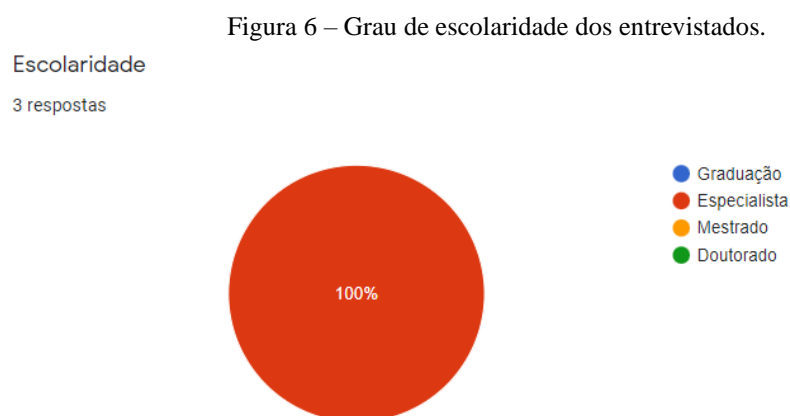
Observa-se, a partir das imagens, a preocupação em trabalhar a ludicidade na escola. O ambiente é todo permeado por figuras coloridas, letras, números, que formam um cenário acolhedor e atrativo para as crianças. O lúdico é uma palavra de origem latina: “ludus”, que significa “jogo”. Poderia significar somente jogar, mas com a sua evolução tornou-se o que hoje podemos definir como uma forma de desenvolver a criatividade e o conhecimento através de jogos, brincadeiras, músicas. (Almeisa apud Venturini, 2016, p.13).

A seguir, serão mostrados os resultados colhidos mediante entrevista aplicada a professores e à gestora da escola. Salienta-se que, com a ocorrência da pandemia, o contato tornou-se um pouco mais difícil, em virtude da rotina exaustiva e do estabelecimento das medidas de distanciamento social, tornando o estudo de campo viável apenas em setembro de 2021, dentro de um contexto ainda novo: o retorno gradativo às aulas, em semanas alternadas. Muitos pais ainda optaram por não levar seus filhos à escola com medo de ainda contraírem COVID-19, decisão obviamente respeitada, como deve ser em uma democracia.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 RESULTADOS DAS ENTREVISTAS COM OS PROFESSORES

O presente tópico traz os resultados das entrevistas realizadas a partir do formulário on-line enviado aos professores. Ao todo, três profissionais responderam à entrevista. Apesar de ser um pequeno recorte da realidade, considera-se importante para a compreensão da importância da participação da família na jornada escolar do aluno. Ao todo, um professor e duas professoras responderam à pesquisa, foi consultado o grau de escolaridade dos profissionais e o resultado segue abaixo.



Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

Todos os profissionais são Especialistas, ou seja, já possuem certa bagagem acadêmica. A seguir, seguem as perguntas aplicadas. Para facilitar a compreensão, os entrevistados serão aqui chamados de P1, P2 e P3.

Pergunta 1: Você costuma estabelecer um canal de comunicação com os pais para que estes se sintam à vontade para lhe procurar e propor sugestões e melhorias?

“Sim.” (P1)

“Sim. É sempre pertinente estabelecer uma relação com as famílias para que nossa prática tenha retorno satisfatório.” (P2)

Pergunta 2: Os pais ou responsáveis costumam lhe procurar para fazer sugestões, tirar dúvidas e saber como está o desempenho do aluno?

“Sim.” (P1)

“Alguns sim. Infelizmente ainda são minoria”. (P2)

Pergunta 3: Que aspectos considera fundamentais na relação “Escola x Família”?

“A comunicação.” (P1)

“A comunicação, clareza nas informações e o acolhimento fazem com que a família confie na escola e tenha abertura para sugerir, opinar, perguntar...Tudo isso estabelece uma relação de confiança”. (P2)

“A comunicação é fundamental.” (P3)

Pergunta 4: Pela sua experiência, como você avaliaria esta relação nos dias atuais, está melhorando ou tende a um maior distanciamento?

“Ficamos mais próximos”. (P1)

“Hoje temos uma relação mais estreita com as famílias, apesar da pandemia. Os canais tecnológicos de comunicação vieram para facilitar a comunicação e diminuir o distanciamento.” (P2)

“Melhorou porque através do WhatsApp a escola tem mais acesso às famílias e vice-versa.” (P3)

Pergunta 5: Na sua opinião, a participação da família influencia no sucesso escolar do aluno?

“A participação da família favorece o desenvolvimento do aluno.” (P1)

“Sim. Geralmente, as famílias mais ausentes são justamente aquelas dos alunos que apresentam maiores dificuldades.” (P2)

“Com certeza, pois a participação da família complementa o trabalho da escola.” (P3)

A partir das falas coletadas e da aplicação da técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (2011) que propõe uma análise semântica que forneça informações subjetivas nas falas de participantes de pesquisas, foi possível constatar a comunicação e a confiança são fatores fundamentais para que se estabeleça uma relação com a escola.

Quando a família percebe que a criança está inserida em um ambiente escolar que possui portas abertas ao diálogo, se sente mais à vontade para procurar os professores e gestores para fazer sugestões ao funcionamento da escola, saber como está o desempenho da criança, dentre outras iniciativas que auxiliam a inserir a família no contexto escolar.

O papel da família na educação dos filhos é, inclusive contemplado na Constituição Federal Brasileira, que apresenta a importância da família enquanto agente educador. Foram escolhidos alguns artigos que comprovam tal afirmação:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. [...]

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

[...] Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade (BRASIL, 2003).

Outro documento que versa sobre o papel da família na educação é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho [...] Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da

definição das propostas educacionais.

[...] Art. 55. Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino. [...] Art. 129. São medidas aplicáveis aos pais ou responsável: V - obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar (BRASIL, 2002).

Apesar do que preconizam os dispositivos acima mencionados, observa-se que a realidade educacional ainda é muito discrepante. A partir das falas dos professores, infere-se que a participação das famílias no processo educacional ainda caminha a passos lentos, buscando estabilidade e efetivação e que este contato tornou-se mais próximo após a pandemia, pois com o uso dos recursos tecnológicos, tornou-se mais cômodo falar com professores e gestores das escolas. Sobre a influência da família no rendimento escolar do aluno, os participantes foram enfáticos sobre o impacto positivo da participação familiar na escola.

3.2 RESULTADO DA ENTREVISTA COM A GESTORA DA ESCOLA

A gestora atua há 8 anos na escola, estes anos de mandato refletem o fruto de um trabalho intenso e dedicado à educação. O questionário aplicado à diretora contou com 10 questões, sendo uma objetiva e 9 dissertativas (ANEXO I), que foram colhidas durante a realização da pesquisa e transcritas.

A diretora afirmou, na questão objetiva, que a escola promove ações de inserção dos pais na participação escolar com a realização de reuniões periódicas, comunicados, conversas privadas e presenciais e também realiza a inserção de princípios da Gestão de Pessoas, promovendo capacitação dos profissionais a fim de conscientizá-los de que a educação dos filhos também é responsabilidade das famílias. Seguem, portanto, as falas transcritas da gestora.

“É uma organização, mesmo. O objetivo da escola é a aprendizagem, a escola existe pra isso, né?”

“Sim, nossa gestão é feita como uma gestão realmente democrática, nada é feito de cima pra baixo, estamos sempre conversando com as famílias,

principalmente em relação à aprendizagem, a gente sempre tenta envolver ao máximo os pais, porque sabemos que a escola sozinha realmente não consegue êxito. Esse êxito conseguimos por conta de parceria com a família, de conquistas, etc. É trabalhoso? É. Porque muitos pais não têm essa disponibilidade, então a gente vai muito pelo convencimento, pela conscientização, não conseguimos 100%, mas a gente consegue uma boa adesão dos pais em relação ao acompanhamento.”

“Bom, nesse período remoto foi muito bom porque descobrimos outros canais de comunicação com as famílias. Presencialmente, estamos abertos a isso, mas também pelo WhatsApp, que é o meio mais usado, mais acessível. Eles (os pais) também ligam pra gente, ligamos pra ele e também a vinda à escola, eles estão sempre vindo para pegar declaração, cestas básicas... Essa comunicação presencial também existe.”

“Sim, assim... Nosso plano, nosso PPP (Projeto Político-Pedagógico) é feito a partir de plenárias, pedimos sim a colaboração dos pais e esse incentivo nesse período, de pandemia, ficou mais difícil ser presencial, mas mesmo assim, a gente ainda busca motivá-los e a principal motivação é o aprendizado dos filhos. Incentivamos que eles participem, que eles venham à escola, que eles percebam o ambiente da escola e que possam fazer sugestões.”

“Nós fazemos reuniões periódicas, inclusive chegamos a fazer reuniões pelo Meet, emissão de comunicados, conversas no privado, essa questão das palestras infelizmente ainda não é viável.”

“A questão da parceria é fundamental, nós precisamos conquistar as famílias, certo? Como eu já disse, nós precisamos deles para realizar o acompanhamento, principalmente das crianças que não têm autonomia ainda, de ver uma agenda sozinha em casa, etc... Então realmente precisamos da família, da conscientização dela e principalmente da valorização da educação, porque muitos infelizmente ainda têm a cultura, principalmente pais de alunos em séries iniciais, que estes anos são apenas para brincar, então a gente vê parceria como um ponto primordial para o êxito dessas crianças. Parceria, acompanhamento, monitoramento... Tomando iniciativa, porque muitos deles não têm.”

“ Geralmente eles procuram a escola pra pedir informação, tirar dúvidas sobre atividades... Esse período remoto, o acesso às mídias, quem não tem um celular potente... Então os pais procuraram muitas informações sobre a realização dessas atividades, muitos chegaram para sugerir ações para o retorno às aulas, como entrada e saída de alunos, alguns chegaram pra sugerir que seria melhor que os alunos entrassem por um local e saíssem pelo outro pra evitar aglomeração, então assim, os pais têm essa abertura para chegar e colocar suas opiniões.”

“Na verdade, a relação é muito melhor presencialmente, se torna muito mais consistente, muitas vezes a gente precisa falar com o pai, pelo celular às vezes não atendem, o vínculo com a escola ainda é mais sólido presencialmente. Infelizmente, ainda vejo como problema esse envolvimento com o processo de aprendizagem da criança.”

“Nesse meu período de gestão, nós caminhamos muito. Ainda falta muita coisa mas o processo foi excelente, posso assim dizer. Os pais estão mais presentes, acompanham mais, dão mais respostas positivas com relação às nossas

solicitações, aceitam melhor nossas sugestões, inclusive os pais de crianças especiais, que têm dificuldade para aceitar a deficiência do filho, as dificuldades de aprendizagem... Então vimos uma caminhada muito boa, como caminhamos! Comparando ao período anterior, tivemos um processo de conquista muito grande com as famílias. Hoje eles participam muito mais, valorizam muito mais... Hoje a pandemia serviu pra isso, aproximou mais, porque os pais sentiram na pele o que é ensinar a criança, o que é orientar, acompanhar as atividades, não ter a escola todos os dias... Teve esse lado positivo; a valorização da escola.”

“Um dos maiores desafios é conquistar mais famílias para participar do processo ensino-aprendizagem, valorização maior da escola e também a parte de estrutura. Sabemos que têm muitas escolas que precisam caminhar com isso. Nós temos estrutura? Sim, mas falta um pátio coberto, uma quadra, faltam espaços para trabalho extra sala, então assim, o que temos é bom, mas poderia melhorar com esses espaços para realização a interação família e escola. Recebemos recursos? Sim, graças a Deus veio, mas a estrutura fica a desejar, fazemos melhorias com o dinheiro que chega, mas ainda falta pouco, o prédio é antigo, falta revisão nas instalações, então a estrutura deixa a desejar, temos computador, Datashow, essas coisas... Mas a parte predial ainda não é completa...”

A partir das falas coletadas da gestora da escola, percebe-se que ainda há um longo caminho a ser percorrido em prol da participação efetiva da família na escola. Há diversas variáveis a ser consideradas para que haja esta ausência. A escola, por se localizar na periferia da cidade, recebe muitos alunos cujas famílias são desestruturadas, marcadas pela violência, negligência, drogas, dentre outros, o que afeta o funcionamento da relação família e escola.

Muitas crianças são mandadas à escola para fazer suas refeições, pois não há em casa e esta realidade permeia a maioria das escolas públicas brasileiras. Ainda que esta pesquisa tenha o intuito de reforçar a participação das famílias na escola, o aspecto sociocultural é levado em conta para compreender as nuances que impedem o firmamento dessa relação de fato.

Em contrapartida, observa-se um cenário, ainda que sutil, de mudança, pois a tecnologia permitiu a troca de informações mais rápida, sendo uma opção aos pais que buscaram participar da realização das atividades das crianças. Com as aulas remotas, coube aos responsáveis administrar o cumprimento das tarefas, o que gerou nestas pessoas uma conscientização maior sobre o papel da escola e dos professores.

A proximidade com a escola é incentivada tanto no formato virtual como no presencial e a escola está sempre promovendo, de acordo com seus recursos, ações de

incentivo à participação da família na escola.

Durante a entrevista, é mencionado que os familiares são chamados a participar da elaboração o PPP da escola, fator este que é muito importante, uma vez que dá à família a oportunidade de agregar seus conhecimentos e vivências a fim de pensar em melhorias para o ensino.

Observou-se dedicação e empenho nas falas da gestora, que enfatiza sentir falta de uma maior participação das famílias e que um dos maiores problemas também é que faltam espaços na escola para realização de eventos, palestras, oficinas e demais iniciativas que integram a família à escola.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família é a primeira ponte social que leva uma criança a desenvolver habilidades para se desenvolver no mundo. É no seio familiar que se tem as primeiras percepções sobre afeto, sociabilidade, transmissão de valores e hábitos e dá os primeiros passos, fala as primeiras palavras, logo, a família também configura-se como berço da educação, não podendo jamais se desvencilhar de seu papel de agente educadora.

Entretanto, esta realidade não é percebida em parte dos lares brasileiros, em especial naqueles onde o baixo índice socioeconômico impera e milhares de famílias são desestruturadas pela violência, uso de drogas, separações, dentre outros problemas. Neste quesito, o Brasil ainda caminha a passos lentos, arraigado por uma ideia equivocada de que a escola é a única responsável pela educação dos alunos.

É necessário, primeiramente, que haja uma resignificação no conceito de família, de forma que aquilo que é estabelecido pelos dispositivos jurídicos cheguem ao conhecimento de todos, ensinando que a família é estabelecida a partir das relações de afeto, logo, avós, tios, primos e outros parentes, a depender do vínculo estabelecido, podem atuar junto à escola em prol de melhorias no ensino.

Para que haja o estímulo à participação das famílias, há a Gestão Democrática, elaborada a partir do preceito de que todos os participantes da comunidade têm voz e podem fazer sugestões e participar de reuniões orçamentárias e sobre outros assuntos pertinentes ao bom funcionamento da escola.

Quando a família se faz presente, o aluno sente-se seguro de sua inclusão em um ambiente que lhe incentiva e se preocupa com seu desenvolvimento. Se a educação é muda vida, logo, de seus processos devem participar tanto a escola como a família, dialogando sempre em busca de aprimoração do cenário escolar, evitando evasão e impactando na melhoria dos índices escolares brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. **Recreação: ludicidade como instrumento pedagógico**. Disponível em: <https://www.cdof.com.br/recrea22.htm>. Acesso em outubro de 2021.

ALMEIDA, P. N. **Educação lúdica: técnica e jogos pedagógicos**. São Paulo: Loyola: 2000.

ALVES, Jones Figueirêdo. **Abuso no Direito de Família**. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/assets/upload/anais/22.pdf>. Acesso em julho de 2021.

ARIÈS, PHILIPPE. **História social da criança e da família**. 02.ed. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos, 1981.

BAPTISTA, Conrado Luciano. **A democracia ateniense clássica**. Disponível em: <http://www.filosofiacapital.org/ojs2.1.1/index.php/filosofiacapital/article/download/247/221>. Disponível em: agosto de 2021.

BARDIN, L. (2011). **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069, de 13-7-1990**. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. Leis e Decretos. **Constituição da República Federativa do Brasil: atualizada até 01.01.2003**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

BOURDIEU, Pierre (2009). . Ed – Petrópolis, RJ: Vozes.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: FEU, 1999.

CAMPOS, Casimiro de Medeiros. **Saberes docentes e autonomia dos professores**.

CARVALHO, M. E. P. Relações entre família e escola e suas implicações de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, 110, 2000 (p.143-155).

CRESWELL, J. W. (1994). **Research design: qualitative e quantitative approaches** Thousand Oaks, CA: Sage.

DOURADO, L. A. A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, N. C. (Org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. 25. ed. São Paulo; Paz e Terra, 2002, 54p. (Coleção Leitura).

GADOTTI, Moacir. **História das Ideias Pedagógicas**. São Paulo: Moderna, 2002.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.14, n. 2, 2000.

HOFFMAN-CÂMARA, R. (2007). **Análise comparativa entre as carreiras de pesquisa e de suporte à pesquisa na Embrapa: O enfoque da psicodinâmica**. Dissertação de Mestrado não publicada, Programa de Estudos de Pós-Graduação em Gestão Social e do Trabalho, Universidade de Brasília, Brasília, DF.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>. Acesso em outubro de 2021.

JAEGER, Werner. **Paideia: a formação do homem grego**. Trad. Artur M. Parreira. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

MADALENO, Rolf. **Direito de Família**. 7ª ed. São Paulo: Forense, 2016.

MADUREIRA, I. LEITE, T. (2003). **Necessidades educativas especiais**. Lisboa: Universidade Aberta.

MIRANDA, Margarida. **Código pedagógico dos jesuítas: Ratio Studiorum da Companhia de Jesus**. Campo Grande: Esfera do Caos, 2009.

NISKIER, Arnaldo. **Educação Brasileira: 500 anos de História**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2001.

NOGUEIRA, Maria. Família e Escola na contemporaneidade: os meandros de uma relação. **Educação e Realidade** v. 21, nº 2. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoe realidade/article/view/6850>

PARO, V. H. **Qualidade de ensino: a contribuição dos pais**. São Paulo: Xamã, 2000.

PIAGET, Jean. **Para onde vai a educação**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2007.

POLONIA, Ana da Costa and DESSEN, Maria Auxiliadora. Em busca de uma compreensão das relações entre família escola. **Psicol. Esc. Educ.** (Impr.) [online]. 2005, vol.9, n.2, pp. 303-312. ISSN 1413-8557. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/yLDq54PMBGp7WSM3TqyrDQz/abstract/?lang=pt>. Acesso em outubro de 2021.

RAYMUNDO, Gislene Miotto Catolino. **Os princípios da modernidade nas práticas educativas dos jesuítas**. 1998. 143 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Maringá.

REALI, A. M. M. R. & Tancredi, R. M. S. P. (2004). Bringing together school and family lessons from a Brazilian Experience. **The School Community Journal**. Lincoln (USA), The Academic Development Institute. 14, (2) 105-129.

ROMANELLI, G. **Autoridade e poder na família**. IN: Carvalho, M. Família contemporânea em debate. São Paulo.: EDUC/ Cortez, 2005.

SACCOL, A. Z. (2009). Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. **Revista de Administração da UFSM**, 2(2), 250-269.

SOUZA, Ana Paula de; FILHO, Mário José. **A importância da parceria entre família e escola no desenvolvimento educacional**. Universidade Estadual Paulista, Brasil. Revista Ibero-americana de Educacion. nº 44/7- 10 de enero de 2008. Edita: Organización de Estados e Iberoamericanos para la Educacion, la ciência y la cultura (OEI), 2008.

STRATTON, P. (2003). Contemporary families as contexts for development. In J. Valsiner & K. Connolly (Orgs.), **Handbook of developmental psychology** (pp. 333-357). London: Sage.

TEIXEIRA SOARES, Álvaro. **O Marquês de Pombal**. Brasília: Editora da UnB, 1961.

TIBA, I. **Disciplina na medida certa. Novos paradigmas**. São Paulo: Integrare. 2002 .17 p.

VYGOTSKY, Lev. S. Aprendizagem e desenvolvimento na Idade Escolar. In: Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. Vigostky, L. Luria, A. Leontiev, A.N. 11ª. Edição. São Paulo: Ícone, 2010, p. 103-116.

VYGOTSKY, Lev. S. **O desenvolvimento dos conceitos científicos na infância. Cap. 6. Pensamento e linguagem**. 2011, p. 93-95. Versão para eBook eBooksBrasil.com. Disponível em: www.jahr.org. Acesso em outubro de 2021.

WAGNER, A., Halpern, S.C., & Bornholdt, E.A. (1999). Configuração e estrutura familiar: Um estudo comparativo entre famílias originais e reconstituídas. **PSICO**, 30, 63-74.



ANEXO I

INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

IPT - PORTUGAL

MESTRADO EM GESTÃO

Questionário Destinado à Gestora da Escola

- 1. Você acha viável a visão da escola pública municipal enquanto organização, cuja missão é auxiliar na formação integral de crianças e jovens?**
- 2. A escola contempla um modelo de Gestão Democrática que possibilite a participação dos pais nas decisões tomadas em prol da formação dos alunos e demais questões como prestações de contas e atividades extracurriculares prestadas? Se sim, como se configura esta Gestão?**
- 3. Em quais aspectos a escola encontra-se disponível para a participação e emissão de opinião dos pais?**
- 4. Há uma cultura de motivação para que os familiares sejam presentes em tomada de decisões no que diz respeito ao Plano Pedagógico, Projeto Curricular, entre outros?**
- 5. Como a escola promove ações que incluam os pais na participação?**
 - Reuniões periódicas;
 - Comunicados;
 - Conversas privadas e presenciais;
 - Promoção de palestras ou outro tipo de divulgação que conscientize os pais sobre a importância de acompanhamento da família no desenvolvimento do aluno;
 - Inserção de princípios da Administração (Gestão de Pessoas, no caso de capacitação dos profissionais) para combater a ideia de que a responsabilidade da educação é exclusiva da escola;
 - Outros

- 6. Que aspectos considera fundamentais na relação “Escola x Família”?**
- 7. Quais são os principais motivos que levam os pais a procurarem a escola?**
- 8. Na sua opinião o que dificulta a relação entre a escola e as famílias?**
- 9. Pela sua experiência, como você avaliaria esta relação nos dias atuais, está melhorando ou tende a um maior distanciamento?**
- 10. Como gestora, o que você apontaria como os maiores desafios da escola atualmente?**



INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

IPT - PORTUGAL

MESTRADO EM GESTÃO

ANEXO II

Questionário destinado aos professores

- 1. Você costuma estabelecer um canal de comunicação com os pais para que estes se sintam à vontade para lhe procurar e propor sugestões e melhorias?**
- 2. Os pais ou responsáveis costumam lhe procurar para fazer sugestões, tirar dúvidas e saber como está o desempenho do aluno?**
- 3. Que aspectos considera fundamentais na relação “Escola x Família”?**
- 4. Pela sua experiência, como você avaliaria esta relação nos dias atuais, está melhorando ou tende a um maior distanciamento?**
- 5. Na sua opinião, a participação da família influencia no sucesso escolar do aluno?**